



Anais da Assembléia

Nº 138

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 13 DE NOVEMBRO DE 1980

ANO VI

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA DA 137ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 1980
(QUINTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Gilberto Agibert Filho e José Domingos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Lineu Turra, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gerente Kirinus, Gilberto Agibert Filho, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Loures Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (49). Achar-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Aguinaldo Pereira Lima, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Leônidas Chaves e Valduga (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte
E X P E D I E N T E :

Indicação:

INDICAÇÃO

Na qualidade de Líder da Bancada do PDS indico os Srs. Deputados:

NELSON BUFFARA
LUIZ GABRIEL SAMPAIO
TÚLIO ZANCHET
EZEQUIAS LOSSO
GABRIEL MANOEL

para integrarem a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o DETRAN, e como Suplentes os Srs. Deputados:

JURANDIR MESSIAS
WERNER WANDERER
GILBERTO CARVALHO
ANTÔNIO FACCI
CYRO MARTINS.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1980.

a) ERONDY SILVÉRIO

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atri-

buições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em data de 09 próximo passado, na cidade de Cascavel, do jovem José Ângelo Baggio Orso.

O passamento se deu por lamentável acidente ocorrido naquele domingo; o jovem era filho de Dona Ângela e do Senhor José Orso.

O falecimento do jovem estudante consternou a sociedade cestina, pois se tratava de pessoa das mais estimadas e das mais queridas, além de pertencer a uma das mais tradicionais famílias daquela região.

Seu pai, José Orso, empresário e pioneiro, sua mãe Dona Ângela, professora das mais estimadas e líder da comunidade cristã.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado conhecimento à família enlutada na pessoa do Senhor José Orso, progenitor do falecido.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1980.

a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, a remessa de expedientes aos Senhores titulares das Secretarias das Finanças e de Recursos Humanos, pleiteando inadiáveis providências para correção de distorção verificada na reclassificação de cargos e funções, da Coordenação de Receita do Estado.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1980.

a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

A Coordenação da Receita do Estado, da Secretaria das Finanças, processou reclassificação de cargos e funções, elevando à categoria de Agente Fiscal 1 — AF-1 —, os fiscais que, à data da Lei n.º 7.051, de 04 de dezembro de 1978, comprovaram serem concludentes de curso universitário.

O posicionamento em tela, peca pelo caráter discriminatório, eis que, dezenas de servidores, portadores de folhas de serviço datadas de até 25 anos e que somente após a data da oficialização da já citada lei, diplomaram-se em escolas de nível superior, ao mesmo tempo em que, mercê desse instrumento, todas as vagas existentes no quadro da Coordenadoria da Receita do Estado, foram preenchidas pelos que lograram aprovação em concurso público realizado em meados do primeiro semestre deste ano. Explicitada está a preterição que prejudica os que mereciam promoção mesmo por antiguidade e pelo direito adquirido, não fosse a dupla interpretação quanto à questão estampada nos artigos de n.ºs 54 a 71, que tratam da promoção e do acesso, até hoje não acionados.

Objetiva o presente requerimento, dar-se imediato cumprimento às promoções, mesmo porque, somente esta medida evitará situações constrangedoras aos preteridos e que em muitos casos, ocupam postos de chefia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja encaminhado urgente e veemente apelo às Lideranças dos Partidos Políticos com assento no Congresso Nacional, no sentido de que

se estabeleça esforço comum contra as anunciadas medidas econômicas apresentadas pelos Ministros Delfim Neto e Carlos Langoni, nos campos da locação de imóveis e sistema financeiro da habitação.

Prende-se este apelo ao fato de que será desastrosa para a classe média e para os trabalhadores em geral o novo sistema a ser adotado pelo recente anúncio, visto que, a permissão do reajuste através dos cálculos do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), provocará elevadas majorações nos alugueres de casas e nos financiamentos do BNH, tornando a situação caótica e insustentável aos atingidos, gerando em consequência uma crise social no País, de conotações imprevisíveis.

Por outro lado, a atitude dos Ministros de Planejamento e da Fazenda, ao lançarem no ar o novo "pacote econômico", contraria frontalmente a posição do próprio Presidente da República, que em recente pronunciamento afirmou "não pretender adotar nenhuma medida que possa provocar uma crise social grave".

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1980.

a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, no sentido de que proceda com a máxima urgência a pavimentação asfáltica da Rodovia PR-151, trecho PALMEIRA-SÃO JOÃO DO TRIUNFO-SÃO MATEUS DO SUL, constante do Plano Rodoviário Estadual para pavimentação.

A referida rodovia, corta uma importante região produtora do Estado do Paraná, cuja expansão nas atividades agropecuárias vem a exigir do Governo uma melhor atenção, para assegurar um tranqüilo escoamento da produção gerada naquela área e com destino aos grandes centros consumidores e para maior conforto da própria população que vem atendendo de forma expressiva ao apelo do Governo Federal, no aumento da produção de alimentos em nosso País.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1980.

a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa seja consignado e conste dos Anais deste Legislativo, voto de aplauso à direção e funcionários da Rádio Matelândia Ltda., da cidade de Matelândia, região Oeste do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1980.

a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

A direção e funcionários da Rádio Matelândia Ltda., da cidade do mesmo nome, vem realizando ultimamente, um trabalho digno de aplauso, dada a coragem e a liberdade com que são abordados temas os mais diversos, de interesse da opinião pública de toda a região, numa demonstração clara e aberta de estar trilhando os caminhos democráticos no setor de informações sem parcialidade.

Levando-se em consideração o acentuado sistema político predominante na região, principalmente neste setor de informações, a citada emissora cloca-se diante de interesses político-partidários, buscando tão somente o interesse de bem informar a coletividade.

E esperamos que assim continue, dando exemplo também, às demais emissoras de Rádio daquela vasta região, afastada dos grandes centros de decisões.

E foi esta emissora que trouxe em debate direto a parti-

cipação, através de seu departamento de rádio-jornalismo, este ano, personalidades políticas como o Líder do Governo na Câmara Federal, Deputado Nelson Marchesan, Senadores Affonso Camargo Neto, José Richa e o próprio Governador Ney Braga.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, se oficie ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, NEY AMINTHAS DE BARROS BRAGA, solicitando suas determinações junto às Secretarias de Planejamento e Agricultura, no sentido que sejam tomadas urgentes providências que venham a sanar uma das falhas existentes no PROJETO DE LEI N.º 137, oriundo do Poder Executivo que trata de implantação de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, que recebeu a sigla de PRÓ-RURAL, como a não inclusão do Município de Prudentópolis, dentro da área do referido projeto.

O presente requerimento, no nosso entender baseia-se nos seguintes objetivos fundamentais, que são as diretrizes globais do projeto como:

- ser um dos municípios mais carentes do Estado;
- ser um dos municípios de maior extensão;
- ser um dos municípios de maior número de propriedades rurais, na sua maioria de pequenos agricultores, e também por estar localizado próximo à área de implantação do projeto.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1980.

a) GILBERTO AGIBERT FILHO

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 164/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública à Associação de Recuperação do Alcoolatra - ARA, no Município de Toledo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1980.

a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

Justifica a presente solicitação as altas finalidades da Associação, tal como o próprio nome indica, a de proceder a recuperação do alcoolatra, eis que em decorrência dela o homem se reintegra e se reincorpora na comunidade, voltando a ser útil à sociedade e à família.

Anexamos para tal fim todos os documentos reclamados pela Lei Estadual n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978.

Eis porque, respeitosamente, solicita a esta egrégia Casa de Leis a aprovação do presente projeto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na qualidade de Líder da Bancada do PDS nesta Casa, recebi da Associação dos Professores do Paraná, assinado pelo seu Presidente, Izaías Ogliari, o Ofício n.º 177/80, onde aquela Associação alerta e solicita aos Líderes nesta Casa, para que sejam tomadas as providências cabíveis com relação a Mensagem Governamental que trata do aumento dos servidores públicos.

No artigo 1.º, no item 10, do ofício, diz a Associação que, o Sr. Governador entregou, às entidades de classe do Magistério Oficial do Estado, o Ofício n.º 1871/80, pelo qual concede

ao professor; um piso salarial de dois salários-mínimos regionais vigentes, independentes da gratificação de regência de classe; e no item 2, a Associação estranha, que na Mensagem do Governo seja proposta, efetivamente, o piso de dois salários-mínimos regionais, entretanto, incluindo neles, a gratificação de regência de classe, que entendia, aquela Associação, ter sido uma conquista independente do piso salarial de dois salários-mínimos — de acordo com a segunda página do Ofício n.º 1871/80, onde o Governador, num dos seus itens colocou o seguinte: "Implantada a gratificação de regência e posto em dia o seu pagamento".

Realmente, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, a Bancada do PDS, examinando a Mensagem Governamental e o ofício, e também atento aqui a Oposição através do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, ao que também abordou na tarde de ontem, estive em contato, pela manhã de hoje, com o Sr. Governador do Estado, que, a princípio mostrou-se surpreso mas, sensibilizado com a argumentação da Associação dos Professores do Paraná, sensibilizado também, com o que lhe foi exposto pela Bancada do PDS.

Nestas condições, Sr. Presidente, como hoje é a votação em segundo turno da referida mensagem e por imperativo constitucional esta Casa está impedida de emendar a referida mensagem, nós requeremos, na forma regimental, o adiamento, por três sessões, da Discussão e Votação do Projeto de Lei n.º 143/80 que consta na Ordem do Dia de hoje para a sua segunda Discussão.

Ao encaminharmos este requerimento à Mesa, Sr. Presidente, nós temos quase que absoluta certeza que, o Governador do Estado, mais uma vez mostrar-se-á sensível aos legítimos anseios do professor paranaense e mais ainda, ao reconhecimento de um compromisso assumido, porque os compromissos assumidos sempre foram feitos para serem cumpridos.

Eu tenho absoluta certeza que, se não for diremida a dúvida constante da redação da primeira folha do Ofício n.º 1871, do Gabinete do Governador, absoluta certeza, de que o Governo do Estado enviará uma mensagem adicional, diremindo de uma vez por todas, a controvertida questão.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. MÁRIO CELSO — (Lê):

"ESPERANDO SAUL

Ninguém pode esconder o fato de que o Estado do Paraná vive hoje, momento de indefinições e insegurança. Os responsáveis pelo governo estão seriamente preocupados com as ações políticas, esquecendo que a máquina administrativa está praticamente parada. Nenhuma obra de vulto foi até agora apresentada. Uma triste realidade, pois, a falta de decisão tomou conta dos governantes.

Na tentativa de acertar um alvo político, o Governador Ney Braga anuncia o nome de Saul Raiz como um "salvador da Pátria", gerando novas dúvidas e um aparente descontentamento dos seus auxiliares diretos. Os Secretários de Estado estão praticamente parados em suas missões, pois, não sabem onde a estrela de Saul vai cair. Diariamente, a imprensa anuncia a vinda do ex-Prefeito, baseada em informações do Palácio, dando conta de investidura em locais dos mais diversos. Chegou a hora de uma posição firme do Governo, no sentido de esclarecer a situação, revelando qual será o cargo de Saul Raiz.

Primeiro ele vinha em dezembro para ser o "Super Secretário", depois, sua chegada ficou prevista para janeiro, visando assumir a "Secretaria de Minas e Energia", a ser criada. Depois falaram em "Secretaria de Obras Municipais" e também, em "Secretaria de Desenvolvimento Urbano". Isso, faz com que

os demais Secretários fiquem na expectativa desta chegada, aguardando novos rumos para tomadas de posições. Enquanto isso, os dias estão passando e o Paraná vai perdendo seu destaque nacional, além de enfraquecer sua estrutura interna.

Não estamos preocupados com a vinda do ex-Prefeito de Curitiba e muito menos com o cargo que ele vai assumir. Estamos apenas sentindo que o Estado aguarda definições, praticamente parando a máquina administrativa. Nas Secretarias, a conversa gira mais em torno da vinda de Saul do que na vida do Paraná. Não estamos condenando o Governador Ney Braga por trazer um novo assessor. Se ele considera importante esta presença cabe a ele julgar e decidir. Não podemos concordar é com a criação de uma Pasta especial somente para acomodar um novo integrante do esquema político. Seria uma Secretaria ativa, com funcionários escolhidos em concurso público ou seria uma Secretaria política, sobrecarregada com a condição de um cabide-de-empregos? Hoje, o Paraná já possui treze Secretarias. É muito mais econômico criar uma assessoria especial, ao invés de investir numa abertura maior, que poderá resultar em maiores gastos para o Estado."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, ainda no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. ÉZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "A abertura de estradas se constitui em importante fator de desenvolvimento. Através delas são transportadas as riquezas. Viabilizam a educação e cultura. Proporcionam integração entre diferentes comunidades.

Por isso, há aproximadamente um ano e meio atrás, juntamente com o Deputado Federal Igo Losso, formalizamos em nome do povo guaraqueçabano — que temos a honra de representar — pedido ao Governo ao Estado, no sentido de ser aberta uma rodovia ligando a PR-404, imediações do Rio Guaraqueçaba a Batuva.

A Secretaria dos Transportes, brilhantemente liderada pelo eminente Engenheiro Nivaldo de Almeida Neto, sensível à justa reivindicação, tomou as providências necessárias com vistas à construção do referido trecho, sendo objeto de projeto de Engenharia iniciado em janeiro do corrente ano, para fins de implantação básica.

Em função deste propósito de atendimento, em 30 de junho de 1980 foi assinado pelo Governador Ney Braga e Secretário Nivaldo de Almeida Neto, o Decreto n.º 2578 que declarou de utilidade pública as áreas de terras atingidas pela faixa de domínio de projetada via de acesso.

Assim, e para que conste dos anais desta Casa, quero desta tribuna, registrar o reconhecimento e a gratidão do povo de Guaraqueçaba e especialmente de Batuva, pelas providências adotadas, para que uma estrada, fator de desenvolvimento, favoreça elevado número de co-estaduanos."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A posição do Líder do Governo em requerer o adiamento da discussão em segundo turno, do Projeto de Lei n.º 143/80, que visa elevar os vencimentos do funcionalismo público estadual se deve especialmente ao entendimento divergente do problema do piso salarial do professor e também ao instituto da regência de classe.

À primeira vista, Sr. Presidente, parece-nos de grande alcance, não só de natureza política, mas também de avançar

o diálogo que existe entre o Governo do Estado e o professor. É de todo oportuno este posicionamento do Governo, porque através da retirada da Ordem do Dia por três sessões consecutivas, este projeto de lei vem sofrer provavelmente o aperfeiçoamento de que seja um dos pontos fundamentais no entendimento e no prosseguimento do diálogo entre Governo e magistério.

A nosso ver, aprioristicamente, é de grande importância a constituição e a elevação do diálogo que continua com o magistério e o Governo do Paraná. A bancada do PMDB está atenta e solidária a esse raciocínio, ao entendimento para que não sofra solução de continuidade os entendimentos embora pequenos, mas até aqui havidos entre as duas partes que encontravam-se até recentemente em confronto, através, inclusive, de movimento paredista.

A nossa bancada está toda ouvidos para esse diálogo, pronta para colaborar na solução dos problemas e no questionamento das pretensões do magistério. É nesse sentido, Sr. Presidente, que viríamos a esta tribuna, na discussão do projeto, para levar a efeito entendimentos já expendidos ao Sr. Líder do Governo nesta Casa.

Nestas condições, o PMDB estará atento, e também continuará par e passo todo o desenrolar dos entendimentos para que a questão seja solucionada, senão de todo, ao menos em parte para que o diálogo desejável prossiga até o ponto do melhor entendimento entre o Governo e o magistério.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Facci, inscrito.

Tendo declinado, concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Friedrich, inscrito.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A bandeira da Constituinte vai tomando corpo no cenário político brasileiro. O grande número de pronunciamentos e a adesão de entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil, a União Nacional dos Estudantes, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, Associação Brasileira de Imprensa e tantos outros setores representativos da Igreja, Partidos Políticos da Oposição, Sindicatos e de lideranças políticas, demonstram de que a crise está levando a sociedade, através de seus canais de expressão e representação, à procura de uma saída.

Aos poucos, a sociedade vai percebendo que a abertura do General Figueiredo não se presta como substituto da democratização.

A implacável repressão desenvolvida pelo regime, desacredita a operante população e demonstra, aos movimentos populares, que a luta por seus interesses específicos e imediatos, está intimamente ligada à luta por amplas liberdades políticas.

Diante deste quadro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, surgem propostas para a saída do atolado em que vive a economia, a política e toda a sociedade brasileira. As propostas, no entanto, são diferenciadas e se refletem, portanto, também de interesses distintos. E elas podem ser agrupadas em três grandes linhas. A primeira, surge no seio do próprio Governo. Políticos que o representam, sentem a gravidade da crise e tentam construir a farsa de transformar o Congresso Nacional em Assembléia Constituinte, com a simples finalidade de normalizar a ordem jurídica.

Alguns setores até oposicionistas não ficam infensos à esta proposição; apressam-se a dar apoio à tese da Constituinte com Figueiredo, sem estabelecer condições ou limites de qualquer natureza. Entendemos, particularmente, que estes são setores que pretendem negociar uma saída para o regime, barganhando sua participação no Poder, se possível.

Mas, contrastando com esses possíveis, até adesismos, e repudiando os simples acenos de conciliação do regime que de fato não existem, estão os setores democráticos conseqüentes. São eles que assumem a proposta de Constituinte livre e soberana. E o PMDB incorpora, de forma muito clara, no seu programa Luta pela Convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, Livre e Soberana, assegurando-se, portanto, previamente, plenas liberdades políticas e de organização.

Mas, nós que estamos na semana em que está programada a grande concentração de forças para se iniciar um trabalho pró-Constituinte, precisamos aqui dizer porque entendemos uma Constituinte Livre e Soberana.

Os fatos recentes, como a repressão à greve do ABC, a intervenção no Sindicato, a aprovação da Lei dos Estrangeiros, as agressões sofridas por Parlamentares, as ameaças que os mesmos sofrem com processos em andamento, as constantes pressões contra mandatos populares, com base em leis fascistas, a onda de atentados terroristas até agora não esclarecida, e nenhum atentado apurado, fazem com que haja estímulo pela omissão do Governo em não apurar tais fatos.

Tudo isso, e outros fatores demonstram que é impraticável uma Constituinte sem a ampla participação popular. E que seja, portanto, a luta de todos.

Mas, entendemos, Srs. Deputados, que não virá a Constituinte neste País, doada pelo regime autoritário. É um absurdo pensar que o regime possa conduzir, por mera generosidade, um processo que resultará em sua própria negação. Por isso, é importante que se defina com clareza, que a Constituinte, ou nascerá das mobilizações de amplos setores democráticos e populares, ou fatalmente será uma contrafação.

A Constituinte para que seja livre e soberana, supõe a conquista da mais ampla liberdade política; da liberdade de Imprensa, de organização, de manifestação do pensamento e, paralelamente a exigência da revogação da Lei Falcão e da Lei de Segurança Nacional, com a conseqüente desmobilização do aparelho repressivo. Só cumpridos esses requisitos é que se poderá dizer da participação dos setores mais expressivos da sociedade brasileira, na construção de uma nova ordem jurídica, econômica, social e cultural de nossa Pátria.

O regime autoritário ainda está presente. Diante dele devemos aglutinar todos os setores dispostos a lutar contra a ditadura, compreendendo que só o esgotamento da luta contra o regime poderá justificar a alteração das alianças necessárias à conquista das liberdades políticas. Compreendendo-se também, que os objetivos almejados ultrapassam os limites partidários. E é preciso contar com as mais amplas forças para a condução da campanha.

O certo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que o quanto antes revitalizarmos o movimento pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte, mais cedo estaremos acumulando forças e isolando o regime, fazendo reverter, inclusive, a tendência à conciliação que envolve determinados setores da sociedade brasileira.

Sr. Presidente, de nada adiantaria repetir manifestações isoladas e limitadas de apoio à Constituinte livre e soberana. É necessário que cada Parlamentar, cada Vereador, Deputado, Senador, como todas as lideranças e como os cidadãos desta Pátria, se empenhem, com todos os esforços numa campanha capaz de mobilizar amplas massas e estabelecer, na sociedade, uma forte corrente de opinião, que se antepõe ao que aí está, de forma permanente e eficaz. Por isso, a campanha da Constituinte há de se fortalecer. Fundamentalmente num movimento popular, galvanizando todas as insatisfações presente na sociedade ao mesmo tempo em que vá providenciando níveis cada vez mais elevados da organização política, que consolidem esse esforço.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é necessário levar em consideração, os seguintes aspectos na nossa opinião para

termos a Constituinte que haverá de tirar o País, do impasse em que se encontra. É muito importante, essencial até, vincular a luta pela Constituinte às lutas concretas em desenvolvimento na sociedade. Ela deverá representar um elo de ligação entre as reivindicações mais imediatas e a expressão política do amplo movimento social, que cresce com o regime.

A luta pela Constituinte é também a luta por melhorias salariais; a luta pela Constituinte, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a luta por melhores salários; é a luta contra a alta do custo de vida, é a luta contra as multinacionais; a luta por uma justa distribuição de rendas; a luta contra a Lei de Segurança Nacional; a luta pela legitimidade do poder; a luta por liberdade e autonomia sindical; a luta pelos direitos de greve; e tantos outros.

Porque Sr. Presidente, Srs. Deputados, enganam-se aqueles que acham que a Constituinte não interessa porque ele é trabalhador, ele é estudante, ela é dona de casa; ou aqueles que acham que a Constituinte é o mero exercício para reordenar o aparelho jurídico do País, e fazer com que esta Constituição, que todos sabemos, é uma colcha de retalhos, venha ao seu formalismo adequado, aos interesses da sociedade brasileira.

O que entendemos é que a Assembléia Nacional Constituinte, fundamentalmente haverá de mudar o poder político do País e, portanto, interessa a todos, do trabalhador à dona de casa, do estudante que luta pelo ensino público e gratuito, pelo operário que vê cada dia que passa o arrocho salarial; numa dificuldade, e a cada instante, novas pressões para ele ter uma vida digna.

Portanto, interessa àqueles que, conscientemente, entendem que hoje no País estamos, na verdade, com uma sangria desatada, que é a exploração do capital estrangeiro, através do capitalismo monopolista, presente na força das multinacionais.

Mas, também, entendemos que, se este País conforme o último relatório do Banco Mundial de 73 países consultados com dados possuídos, o Brasil se colocava com a renda mais concentrada do que 62, se equiparando à concentração de renda do País a Países incríveis como a África do Sul, Nigéria, Gabão, é inadmissível que tal poder de concentração de rendas, continue. Mas, como mudar a concentração de renda não mudando o poder político do País?

Porisso, interessa àqueles que querem a redistribuição de renda nesta Pátria, a luta pela Assembléia Nacional Constituinte.

Aqueles que também entendem que o Poder que aí está não é legítimo, porque não tem o referendo popular, não teve o voto direto, secreto e universal; todos que assim entenderem, têm a obrigação de sair às ruas e se organizar para lutar pela Assembléia Nacional Constituinte.

Aqueles que entendem que a ausência de autonomia sindical está levando os Sindicatos a meros locais de lazer da classe, ou de repartições para o paternalismo da atividade previdenciária, estes também são chamados para que venham engrossar a fileira da luta pela Assembléia Nacional Constituinte, porque nela haverá de estar a autonomia sindical livre, garantida e constitucionalmente respeitada.

Também, Sr. Presidente e Srs. Deputados, mesmo nós que vivemos num regime capitalista, devemos entender e não esquecer, que a lei de greve é uma lei essencial e congênita ao sistema capitalista, mas que, neste País, nós não temos o respeito à lei de greve, porque este é o instrumento necessário e fundamental, para evitar os atropelos na diferenciação do trato entre o capital e o trabalho.

Mas, tantas são, Sr. Presidente e Srs. Deputados, as lutas que exatamente congregam a idéia de uma constituinte, que até a idéia do feijão precisa ser tratada como assunto necessário, para entendermos o processo político que está atrás dele, como a questão do suinocultor, e por isto, a nossa proposta de Assembléia Constituinte, livre e soberana parte desses pressupostos

populares, onde nós deveremos dar o gancho de que nada está acontecendo por nada ou por acaso.

Em tudo há uma causa geradora e, portanto, devemos ter a visão de que a Assembléia Nacional Constituinte, será o primeiro passo, não o definitivo nem o milagreiro, mas será o primeiro grande passo para as transformações da sociedade brasileira, e que toda a sociedade brasileira reclama.

Tem o aparte o Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz — Deputado Nelson Friedrich, Londrina diz presente a essa mobilização em torno da Assembléia Nacional Constituinte, e no próximo sábado, às 16:00 horas, teremos debates políticos em Londrina, com Senadores, Deputados, Vereadores, movimento trabalhista, que debaterão sobre democracia e justiça neste País, e, principalmente, falarão da necessidade urgente que temos hoje, em nosso País, da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Nós temos consciência, nobre Deputado, de que só a livre troca de idéias, e com a liberdade de organização e manifestação, se constrói uma nação independente, fruto do trabalho e das riquezas produzidas por um povo consciente e defensor de seus direitos.

Por isso, não podemos nos iludir com o palavreado do Governo, e muito menos, com falsos oposicionistas, como por exemplo, o Prefeito de Londrina, Antônio Belinati, que declarou à imprensa que é contra a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, porque, nem um por cento do povo sabe o que ela significa.

Essa é mais uma clara demonstração de como os homens do Governo, como Antônio Belinati, procurou, por todos os meios, boicotar a elevação do nível de consciência e participação política do povo.

É preciso engrossar as fileiras de luta pela Constituinte que a Nação inteira está a exigir.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Em Londrina, como centro irradiador da Oposição do Paraná, inclusive, não poderia estar fora, nessa jornada que as forças democráticas deste País estão iniciando, tendo o próximo dia 15, como o "Dia contra a Fome e a Opressão", pela Constituinte Livre e Soberana e também, Dia Nacional de Luta pela Constituinte e também Repúdio pela não Realização das Eleições Municipais.

Essa é a prova de que precisamos mobilizar, efetivamente, de maneira organizada e pacífica, as forças populares de todo o País, para exigirmos a Assembléia Nacional Constituinte.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Nelson Friedrich, cumprimento Vossa Excelência pela oportunidade deste pronunciamento, quando o PMDB desencadeará, nesta semana, precisamente dia 15, Dia da Proclamação da República, a Campanha Nacional pela Assembléia Constituinte Livre, Soberana e Democrática.

Cumprimento Vossa Excelência e o aparteio apenas para dizer que a região de Campo Mourão fará realizar um comício, com as lideranças de toda a região dos Vale Piquiri e Ivaí, onde faremos o lançamento oficial da Campanha pela Assembléia Nacional Constituinte, no Vale do Piquiri e Ivaí.

Por quê Assembléia Nacional Constituinte, nobre Deputado?

Porque é somente através da participação do povo, escolhendo uma representação efetiva, onde essa representação irá fazer uma nova Carta que irá dirigir os destinos desta Nação, e não como a de hoje, verdadeira colcha de retalhos, Constituição imposta por uma ditadura militar, no ano de 1967.

Somos favoráveis, cremos que a Nação inteira deve aderir a este movimento em torno do PMDB, o legítimo representante da Oposição brasileira que está imbuído da responsabili-

dade de mudar essa estrutura.

Parabéns a Vossa Excelência pela oportunidade do pronunciamento. E digo que nos Vales Piquiri e Ivaí, a Assembleia Nacional Constituinte já estava nas ruas e, se Deus quiser, haveremos de conquistá-la, com o povo livre e soberano, nas urnas e toda nossa região haverá de participar desse movimento.

O SR. NELTON FRIEDRICH -- Obrigado.

E também confesso que, amanhã e sábado, teremos, na região de Toledo, diversos encontros com o objetivo de levar a Constituinte livre e soberana, como a grande meta política dos homens que pretendem a mudança da estrutura social deste País, e que desejam a participação do povo, nas decisões nacionais.

E também gostaria de dizer que, aqueles como o atual Prefeito de Londrina, que acham que o povo não sabe o que é Constituinte, é que, realmente, depois de 16 anos em que não se vota - aqui está um cidadão brasileiro que, até hoje não votou para Governador de Estado nem para Presidente da República - e a democracia, como de resto na vida, se aprimora, no exercício dela, ninguém aprende, num milagre de um sonho de noite, precisamos exercitá-la e, na prática, fazê-la, e essa democracia, e essa Assembleia Nacional Constituinte é, efetivamente, o caminho para democratizar o Brasil na sua economia, nos seus aspectos políticos, culturais e sociais, porque nós precisamos pensar de uma vez por todas, por que não levamos a possibilidade às massas, de participação, ativa, desde que tenhamos também a capacidade de dizer, com simplicidade, qual é a ligação que existe entre a questão política com a questão social?

É claro que há quem como o Prefeito de Londrina - segundo aparte do Deputado Fiori Luiz - que não deseja uma Constituinte porque a Constituinte levaria à participação direta, perfeita e concreta, das massas, nas decisões nacionais e levaria também a ligação definitiva da questão política, com a questão social, em que a questão da inflação precisa ser analisada nas suas causas, em que a exploração precisa ser posta porque ela existe, a falta de garantias sociais, enfim, o elo que permitirá, isto sim, tirarmos o País desta situação; esse elo chama-se Assembleia Nacional Constituinte, em que o povo vai decidir, inclusive, como será a sociedade, quais serão as suas estruturas, qual será a espinha dorsal a gerir os destinos das novas gerações.

O Sr. Gabriel Sampaio -- Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Nelson Friedrich, agradeço a Vossa Excelência esta oportunidade onde gostaria de tecer alguns comentários a respeito do pronunciamento de Vossa Excelência.

Inicialmente diria a Vossa Excelência que, o que Vossa Excelência tem dito na tribuna, acompanhando o trabalho que Vossa Excelência tem desenvolvido neste Legislativo, tenho só que lhe dar elogios.

Concordo com muita coisa que Vossa Excelência coloca, mas discordo também às vezes, ou muitas vezes, com a forma como Vossa Excelência tem colocado certos problemas, especialmente no sentido de, misturar algumas coisas.

O Partido de Vossa Excelência que já hasteou tantas bandeiras, algumas ou a maioria delas tomadas pelo meu Partido e encaminhadas e solucionadas pelo meu Partido, e eu diria a Vossa Excelência, como exemplo, a anistia à existência de presos políticos neste País, eleições diretas para Governadores, a queda do AI-5, a Reforma Partidária e outros tantos, que não se pode, nobre Deputado, Vossa Excelência que se propõe a defender o povo, a representá-lo condignamente nesta Casa e fora dela, dar uma forma simplista de que, todos os problemas nacionais estariam condicionados à convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Concordo com Vossa Exce-

lência que a nossa atual Constituição Federal é uma colcha de retalhos, concordo também, que ela foi feita sob a égide de um regime autoritário, um regime ditatorial, se procura, nos dias de hoje, um novo caminho, um caminho democrático, porque, defendendo de certa forma o Prefeito de Londrina, Sr. Antônio Belinati, ele tem muita razão quando diz que o povo não sabe o que é isso, porque, se Vossa Excelência coloca que o problema do feijão está a Assembleia Nacional Constituinte, datíssima vênha, Deputado, Vossa Excelência está fraudando, Vossa Excelência está burlando a boa fé desse nosso sofrido, desesperado, desesperançado povo brasileiro.

Outra coisa, Sr. Deputado, não concordo quando Vossa Excelência vem à tribuna ou em apêntes, dizer que estamos em uma ditadura militar. Porque seria a negação das suas presenças nesta Casa. Estou com Vossas Excelências quando dizem, e eu propugno também por uma forma diferente que o Poder Legislativo está manietado, está amputado, está castrado, está completamente fora das suas reais e sérias prerrogativas.

Mas, não posso concordar, quando Vossas Excelências, agora, no momento nacional em que vivemos apenas, colocam todos os problemas nacionais, em cima de uma Assembleia Geral Constituinte.

Acho que a Assembleia Nacional Constituinte, será uma fórmula mais ou menos automática, desaguremos inevitavelmente lá. Mas, que Vossas Excelências queiram simplificar todos os problemas dessa Nação, em grande parte por culpa do Governo Revolucionário que aí está, por culpa de uma ditadura militar, por culpa de desmandos administrativos a nível federal, concordo com Vossa Excelência. Agora, dizer que do direito à greve, do preço do feijão e tudo mais, está numa Assembleia Geral, tenho que discordar com Vossa Excelência.

E, se Vossa Excelência, aí vai uma humilde sugestão, for elevar essa sua mensagem que acho válida ao nosso povo mais humilde do interior desta forma, tenho certeza Deputado, que o nosso povo e já me referi, sofrido, humilhado e desesperançado, vai pensar que a Assembleia Geral Constituinte é o novo nome de Jesus Cristo que virá à terra ou, mais especificamente ao Brasil, para solucionar todos os problemas angustiantes, concordo com Vossa Excelência, que nós vivemos na data de hoje.

O SR. NELTON FRIEDRICH -- Agradeço, e seu aparte nos dá o ensejo de talvez clarear algumas coisas que acabamos de nos referir. Mas, antes disso, é preciso deixar também de maneira clara que, o AI-5, a Anistia, as próprias eleições diretas, não são concessões do Governo do regime que estão aí.

O povo tem exigido e conquistado isso com muita força e muita dificuldade. O AI-5, para a sua quebra, para a sua queda, a sua retirada nefasta da história do Brasil, existiu exatamente em função de lutas de muitos que foram cassados, muitos jornalistas que foram presos, muitos intelectuais que foram exilados, muitos brasileiros trabalhadores líderes estudantis, líderes sindicais que tiveram direitos políticos postergados exatamente por exigir as liberdades democráticas.

Mas, não devemos esquecer que parte do AI-5 está incorporado na própria Constituição. Não podemos esquecer de que as eleições diretas têm sido propostas anualmente por homens de oposição e não se tem conquistado. O "Olimpo" só que pode de repente achar quando é oportuno, casuístico ou não, de por uma emenda retornando os trilhos para a abertura democrática.

A Anistia, ilustre Deputado ...

O Sr. Gabriel Manoel -- A Anistia é um fato incontestável Deputado, Vossas Excelências querem negar um fato cristalino e incontestável.

O SR. NELTON FRIEDRICH -- Não o nego, a única diferença

que coloco, é de que a força motriz tem sido exatamente das forças populares. Porque a anistia, e não devemos esquecer isto, 4 meses antes de ir para o Congresso, todas as autoridades do Governo do Presidente da República aos Ministros, diziam e defendiam de que só seria difícil a anistia ...

O Sr. Gabriel Sampaio - Deputado, só para lembrar, o seu Partido foi contra a anistia.

O SR. NELTON FRIEDRICH - Ao contrário.

O SR. PRESIDENTE (Fuad Nacfi) - Vossa Excelência tem um minuto.

O SR. RENATO BERNARDI - (Pela ordem) - Sr. Presidente. O Deputado Nelson Friedrich tem o tempo da Liderança do PMDB, à sua disposição.

O SR. NELTON FRIEDRICH - Sr. Presidente, gostaria de terminar o aparte e agradeço a liderança por mais esses minutos, e apenas aduzindo que a própria anistia, quatro meses antes as autoridades oficiais somente admitiam a evasão individual de cada processo. E dada a campanha ampla da anistia ampla, geral e irrestrita, é que o Governo cedeu, não concedeu. E o nosso partido tinha uma posição e um princípio firmado junto com setores da Igreja, da Ordem dos Advogados do Brasil, da CONTAG, da A.B.I. e tantas outras entidades representativas da vida social da Pátria que exigiam uma anistia ampla, geral e irrestrita. E diante da organização, da presença, da força e da pressão que fizemos, é que o Governo acabou cedendo.

O Sr. Nilso Sguarezi - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH - Em seguida. Mas gostaria como o ilustre Deputado disse que o problema do feijão e tal não tem nada a ver com a Constituinte, com outros assuntos que aqui nos referimos, dizemos que tem. Tem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque a Constituinte haverá de mudar a força de sustentação política do regime. E a força de sustentação política do regime quer produtos para exportar, não quer produtos para a mesa do brasileiro; quer soja que produz em 10 anos 16 milhões de toneladas da leguminosa, quando o feijão nos últimos 10 anos teve uma produção de dois milhões de toneladas.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, achamos que a questão do suíno, a questão do feijão, como todos os demais assuntos, têm ligação com a mudança do poder político do País. Porque as forças de sustentação do regime quem são? São os banqueiros, os agiotas oficiais do sistema financeiro, são as grandes empresas monopolistas que controlam o setor farmacêutico, o setor da indústria alimentícia que faz com que nós estejamos importando leite em pó e batata, num País em que nós produzimos soja para alimentar as vacas da Europa e depois importamos como fizemos em setembro, 50 mil toneladas de leite em pó, de animais alimentados pela soja produzida no Oeste do Paraná.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a sustentação política do regime é que precisa mudar. E ali está o âmago da questão, por isso tudo tem ligação.

Também concordo e digo, Sr. Presidente, concordo e aceito ...

(O DEPUTADO É INTERROMPIDO NA TRIBUNA)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - O nobre Deputado passa a falar no momento, em nome, no horário reservado, à Liderança do partido do nobre Deputado. Tem mais 15 minutos.

O SR. NELTON FRIEDRICH - Muito obrigado.

Agradeço, Sr. Presidente. Concordo plenamente de que a Constituinte não é o instrumento milagreiro deste País, nem Jesus Cristo, mas é o primeiro passo, Sr. Presidente. É o pri-

meiro passo.

O Sr. Gabriel Sampaio - É esse o meu reparo, Deputado. Vossa Excelência prega ... (TÍMPANOS).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - A Mesa faz um apelo ao nobre Deputado Gabriel Sampaio, que se dirija ao Deputado somente quando o mesmo lhe conceder aparte.

O Sr. Gabriel Manoel - Eu peço perdão a Vossa Excelência, e ao Deputado, mas é que o Deputado não me dá outra alternativa. Eu pedi um aparte e Vossa Excelência não me concedeu.

O SR. NELTON FRIEDRICH - Eu darei, posteriormente. (TÍMPANOS).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Com a palavra, da tribuna, o nobre Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH - Obedecida a ordem dos que solicitaram aparte, voltarei com prazer. Porque entendo, Sr. Presidente, e repito, que o âmago da questão do País está exatamente nas forças de sustentação política do regime. Esse é um País que voltará agora a liderar de maneira ampla os juroos que todos sabemos que vai beneficiar quem? A classe dos banqueiros gerando inflação, tornando difícil e custoso o dinheiro. A opção que se fez neste País por um regime de produção exportador é a questão das forças que estão sustentando o regime que assim deseja. Quando nós temos no País quase 40 mil tipos de remédios e países como a Hungria tem 2.800. É porque há junto à sustentação deste regime as forças dos monopolismos da indústria farmacêutica internacional que acabam fazendo deste País um quintal de exploração humana.

O Sr. Nilso Sguarezi - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH - Em seguida. E eu queria terminar ainda dizendo que se o fato de nós estarmos aqui não significa que acabou a ditadura! Que estão aí os atentados terroristas sem explicação. Estão aí as intervenções dos sindicatos! Estão aí parlamentares com a espada afiadíssima da lei de segurança nacional! Estão aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as notas taquigráficas que todo o dia o SNI vem buscar, nesta Casa! Estão aí, Sr. Presidente, e o que nós vemos hoje no País, é uma maneira sofisticada do regime ditatorial que criou uma ideologia de segurança nacional que tem na América Latina dos expoentes: o General Golbery do Couto e Silva e General Augusto Pinoché.

Esta é a estrutura efetiva do atual regime e Governo que temos. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Assembléia Nacional Constituinte que nós queremos é exatamente para sair desse atoladouro. Nenhum País saiu do regime de exceção de maneira correta para a liberdade, para a democracia, sem passar pela Assembléia Nacional Constituinte. E o que temos nós à vista? Três exemplos contagiantes e recentes da história recente do homem: a Grécia saiu da exceção violenta, repressiva, agressiva, pela Assembléia Nacional Constituinte; Portugal saiu de 5 décadas de violência, de repressão, de ditadura Salazarista das piores da história, através da Assembléia Nacional Constituinte; a própria Espanha saiu do regime Franquista e seu desequilíbrio político através de uma Assembléia Nacional Constituinte.

O que estamos no Brasil pretendendo? É criar uma forma que não existe, e que a história do homem não tem provado como a viável, a maneira certa ...

O Sr. Gabriel Sampaio - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH - Darei após o aparte do Deputado Fidelcino Tolentino e Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Fidelcino Tolentino - Agradeço a Vossa Excelência, Deputado Nelson. Haveria mesmo de sair da região da soja, que tanto exporta, também a dívida de exportar homens

que defendam a alteração de regime, a alteração do sistema, e até deste monopolismo decantado que existe no País, e exporte para o Parlamento mentalidades novas, arejadas, de gerações que estão surgindo sob o sufoco do regime militarista imposto. E aí está o exemplo de Vossa Excelência e de tantos outros.

Mas aqui no Paraná, especialmente na nossa região, para colaborar nesta luta que há dezesseis anos a Oposição vem claudicando, mas aos poucos fazendo a sua escada de ascensão na história do Estado.

Quero dizer, neste aparte modesto que quero oferecer a Vossa Excelência que Constituinte não é formalismo normativo, apenas e simplesmente, mas trata-se de chamamento a reformular a sociedade, os seus rumos, os seus objetivos; é a formação de um novo quadro social. Isto é, no seu bojo mais genérico, o que se chama de Assembléia Nacional Constituinte.

E aí está a insatisfação pessoal crescendo dia-a-dia, o estado de miséria do trabalhador brasileiro, a fome, a doença, a corrupção, que se agigantam junto ao Estado, perante os cidadãos, afrontando a dignidade da pessoa humana. Aí estão também os movimentos populares se articulando aos poucos, no vagar, nas brechas abertas por esta chamada abertura. E aí está também a consequência da necessidade de se gerar dois milhões de empregos por ano no País e, só no Paraná, duzentos e trinta mil empregos precisam ser gerados. E a incapacidade dos governos que sabem estar errados nos rumos, nas metas e também no prosseguimento deste centralismo do Governo Central. Mas nada fazem, ficam aí impassíveis diante de todo o gigantismo do poder dominante.

O sistema federativo precisa ser alterado, porque foi esfacelado pelo regime. O princípio de autonomia dos poderes, das liberdades, da harmonia entre si, do sistema de trilogia dos poderes, tão alinhavado, juridicamente constituído no curso dos tempos pelo sábio Montesquieu, está aí claudicando. Nem o Poder Judiciário tem autonomia, porque se tivesse autonomia, garantias constitucionais; o Padre Vito Miracapillo não teria sido expulso.

E o Governo, com duas palavras, derruba quem quer que seja. Porque está estribado nas armas, na força e também na própria corrupção que os próprios ministros têm falado todos os dias. As normas vigentes são ilegítimas, por isto não tem sustentação para este tipo de regime. Não há sustentação. As consultas que se fazem são forjadas, por isto o povo vota mas de forma obrigatória. Não como fez nos Estados Unidos. Vota por ser obrigado a não pagar multas e mais, os direitos fundamentais da pessoa humana, as garantias constitucionais, precisam ser alinhavadas num ordenamento jurídico respeitado por todos, governantes e governados.

Dáí, Deputado, entendo que a Assembléia Nacional Constituinte é uma forma de revisão de todas as estruturas vigentes que não oferece vantagem para o povo brasileiro e sim dá estribo para os lucros exagerados de banqueiros e o alto capitalismo. Ao povo nada serve e precisa por isso ter um pouco de detimento na consciência. O cidadão precisa ser ouvido, o trabalhador precisa ser chamado, para solucionar os problemas, porque de nada adianta o governo convocar para restrições, para sacrifícios porque o povo não foi chamado para se impor a si o sacrifício. Ele está fora do processo político, fora do processo econômico, está só pagando o absurdo e o abuso de toda esta impostura que rege o País.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço seu aparte, Deputado

Tolentino, porque vem exatamente, ao aduzir as suas manifestações, trazer a idéia de que a Constituinte que queremos não é a Constituinte, a cadência formalística, de uma preocupação meramente de ordenar a estrutura jurídica do País. Muito mais do que isto; é na constituinte que nós vamos ter a

situação econômica definida; o problema até das remessas de lucros; ao menos teremos ali na verdade a questão da reforma agrária, da mudança fundiária, do País; poderemos nela ter a visão clara de como se vê a cultura desta Nação. Na Constituinte poderemos ter desde que efetivamente respeitada e por isso nós a queremos livre e soberana; livre para que todas as pessoas de todas as idéias possam se manifestar; e a resultante disso seja de maneira soberana respeitada, porque foi o povo quem escolheu, quem fizesse uma Constituinte, promulgada não uma Constituição outorgada, onde alguns se acham iluminados e passam a tutelar a vontade de 110, 120 milhões de brasileiros, que se reúnem nesta ou aquela granja, na granja do Torto e do Direito, fazendo mais torto do que as coisas estão. Na verdade nós precisamos esta consciência clara, de que se a maior crise que tem o País é a de credibilidade dos governados, no Governo, - e aqui vai uma expressão dos maiores pensadores orientais, que perguntando a ele quais seriam as três piores coisas que poderiam acontecer a uma Nação? - E ele dizia: - a primeira, a fome do seu povo; a segunda, o Exército dividido; e a terceira, a ausência de credibilidade do povo, no seu Governo.

E eis que a pessoa indaga ao mestre - mas das três, qual a pior? - Pior do que a fome do seu povo e do Exército dividido, é quando o governado não acredita mais no Governo.

E hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós vemos isso claramente. A "Folha de São Paulo", da edição desse dia, traz uma pesquisa feita ontem, em diversos bairros, em diversos lugares de São Paulo e em outros municípios, 83 por cento dos consultados, desejam eleições diretas aqui e agora. É a confiabilidade que se perdeu. E como o mestre oriental; é pior esta crise do que as demais. Porque não há mais confiança em qualquer medida, em qualquer ministro. O Ministro vai pedir austeridade ao povo e de repente, entre aspas, seqüestra o avião para fazer uma escala especialíssima em Brasília. Parece-me que aí as coisas começam a acontecer no dia claro da vida nacional.

O Sr. Nilso Sguarezi - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço a Vossa Excelência. O PMDB como o sucessor do MDB deu prioridade na sua ação política à tese da Constituinte, porque desde o primeiro instante em que a ordem constitucional legítima foi rompida, só e exclusivamente através de uma nova Assembléia Constituinte é que poderíamos haver a reposição histórica, e os caminhos de legitimidade que numa Nação civilizada e democrática queira seguir.

Não há outra forma de se reordenar uma sociedade humana, politicamente organizada e democrática, senão através de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Então, nosso Partido não coloca como querem alguns fazer entender, a Constituinte como uma palavra mágica que, por si só, traria um estado perfeito e acabado. Não! Porque o PMDB entende de que um estado democrático não é um produto acabado, mas sim, através de um método democrático, e este, por essência, e na base, na origem da própria palavra Assembléia, será a abertura de um caminho em que toda sociedade brasileira possa fluir, e possa se organizar.

Então, a Assembléia Nacional Constituinte, não é um fim, é o começo da caminhada que esta Nação espera ter, e hoje a juventude que fervilha, que trabalha, que discute, que debate, é o momento, é o início que aguarda para realmente construir o Brasil potência, o Brasil grande, o Brasil gigante.

Então, até que não ocorra isso, nós só temos que concluir uma coisa: que nós se não estamos na democracia, estamos na ditadura.

É evidente que se pode destacar o vermelho mais acentuado, o vermelho menos acentuado, mais desbotado, o mais vivo, mas que é uma ditadura é! Porque seria fácil conceber. Há uma divisão clara entre os homens, até pelo traje: os militares e

os civis. E, na ordenação do próprio Estado, e na distribuição dos setores da administração, chega-se a criar Secretarias, e chegou-se a distinguir dois grandes setores: Casa Militar e Casa Civil, para ser ocupada uma, por um civil; e, outra, por um militar. Uma para tratar de assuntos militares e outra, de civis.

No Brasil, chegamos ao cúmulo de a Casa Civil da Presidência da República vir sendo ocupada por um general. Há muito tempo, que não é mais nada e mais ninguém, do que o grande artífice do Poder Militar que realmente comanda esta Nação.

Então veja Vossa Excelência, de que não há como concluir de que nós não vivemos numa ditadura militar, se ela trocou, se ela teve nuances, em determinados momentos, foi mais incisiva, foi mais dura, foi menos flexível, isso são nuances de uma ditadura que não se exerceu só com um homem, mas que se exerceu com um Poder, o Poder Militar.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço, e na verdade é uma nova maquiagem. Sr. Presidente peço realmente desculpa por não conceder o aparte último, que acho muito importante, exatamente este debate, a contradita, a contradição, mas teremos oportunidade, com certeza, porque este será um assunto palpitante, a palmear daqui para frente o PMDB.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que há três aspectos essenciais para a Constituinte: vincular a luta pela Constituinte, às lutas concretas em desenvolvimento na sociedade; segundo: é também necessário um movimento amplo que permita aproximar todas as forças, independente de Partidos, que estejam dispostos a assumir a tese da Constituinte; terceiro: ter como objetivo, o estreitamento dessa base política que hoje sustenta o regime, trabalhando para evidenciar sua impotência, diante da crise econômica e social, e seu caráter antipopular e antidemocrático, e a sua legitimidade.

Portanto, Sr. Presidente, o caminho deste País passa pela ampla avenida da Assembléia Nacional Constituinte.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No horário destinado ao PDS, consulto à Liderança se deseja fazer uso da palavra.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Usará da palavra o Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Com a palavra o Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Usando a tribuna, no Pequeno Expediente o Deputado Mário Celso trouxe à Casa uma preocupação que não é tão ampla e que talvez seja restrita a Sua Excelência.

E fez algumas afirmações que me parecem absolutamente infundadas, como, por exemplo, que o Secretariado do Governo Ney Braga não trabalha mais, querendo saber o que vai fazer o ex-Prefeito Saul Raiz.

Criou-se, na imaginação do Paraná, segundo o ilustre Deputado, a idéia de que o Estado está parado, porque Saul Raiz será secretário.

O Sr. Mário Celso — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Na oportunidade, concederei. E eu, sinceramente, não entendi o porque dessa preocupação, se não como uma preocupação mais política do que uma preocupação e natureza administrativa.

Vejamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por exemplo, diz o Deputado que o secretariado do Paraná está parado porque não sabe onde será a participação do ex-Prefeito Saul Raiz.

Mas, está parado o secretariado que, já menos de 48

horas, em ato solene, no Palácio Iguaçu, firmou convênios com Prefeituras de diversos pontos do Estado, para instalação de micro-sistemas de água?

Que secretariado parado é esse que, na área dos Recursos Humanos, tem colocado, nesta Casa, mensagens de grande alcance social para os servidores do Estado do Paraná?

Que secretariado parado é esse que tem um programa rodoviário compatível com as necessidades do povo?

Que secretariado parado é esse que tem uma Secretaria de Planejamento distribuindo, na medida do possível, recursos financeiros para as prefeituras municipais realizarem os seus programas, os seus trabalhos?

Que secretariado parado é esse que a Secretaria da Educação está trabalhando para atender as reivindicações do Magistério?

Que secretariado parado é esse que, na área das finanças, a Secretaria se preocupa em aumentar a receita, aumentar a arrecadação, para poder suprir, mais rapidamente, as necessidades do povo do Paraná?

E na área da Agricultura, todos os dias, vemos o Sr. Secretário anunciando medidas de apoio ao agricultor do Paraná.

E assim em todos os setores da administração pública.

Ocorre-me, agora, a atenção que tem dado a Secretaria da Indústria e Comércio aos empresários do Estado, e o Banco de Desenvolvimento tem incrementado a economia paranaense, dando apoio às indústrias.

Então, esse secretariado está parado?

Por isso, fico a imaginar o porque da preocupação do Deputado Mário Celso, que é uma preocupação muito mais política do que administrativa.

O Sr. Mário Celso — Vossa Excelência permite um aparte?

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

O Sr. Mário Celso — Vossa Excelência está sendo discricionário.

O Sr. Erondy Silvério — Nobre Deputado Airton Cordeiro, realmente a vinda do ex-Prefeito Saul Raiz para a equipe do Governo traz uma preocupação muito grande. Porque, nós que conhecemos o ex-Prefeito Saul Raiz desde os tempos em que atuou como engenheiro, como Diretor do Departamento de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Curitiba, na administração Ney Braga, pudemos aquilatar sua capacidade de trabalho e sua facilidade de comunicação.

É evidente que está, realmente, faltando, no atual secretariado, um homem que reúna essas qualidades, porque o atual secretariado é constituído principalmente de jovens, e esses jovens, imbuídos de uma preocupação elogiável, trabalhar pelo Estado, são homens preparadíssimos e disto já derem provas, inclusive, outro dia o Secretário das Finanças esteve na Casa e "deu um banho", "um baile" como se diz na gíria, "futebolístico", respondendo a todas as perguntas, não deixando a menor margem de dúvidas, tanto prova, que não foi contestado em nenhum momento na sua palestra, isto prova o alto gabarito e o preparo dos atuais secretários de Estado, mas, na área de comunicação política, realmente falta um homem e este homem, graças à acuidade, graças à sensibilidade política de Ney Braga, é o que estava faltando, que é, Saul Raiz, e que vai mesmo causar uma grande preocupação política à Oposição.

Eu agradeço a Vossa Excelência.

O Sr. Mário Celso — Mais uma vez, reforço...

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu quero explicar ao Deputado Mário Celso:

Vossa Excelência fez um pronunciamento, de acusação...

O Sr. Mário Celso — No Pequeno Expediente, sem condições de aparte.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Vossa Excelência fez um pronunciamento de acusação, e eu peço a Vossa Exce-

lência, o direito de responder às acusações de Vossa Excelência.

O Sr. Mário Celso — Eu só peço a Vossa Excelência ...

O SR. AIRTON CORDEIRO — não posso é entregar o meu espaço para que Vossa Excelência retome a linha de acusação, sem permitir ao nosso partido, o direito de responder às acusações que Vossa Excelência fez, nesta Casa.

O Sr. Mário Celso - Com fundamento!

O SR. AIRTON CORDEIRO — Quero mostrar a Vossa Excelência que não havia fundamento. Disse mais Vossa Excelência, que existe ...

O Sr. Mário Celso — Porque é uma regra ...

O SR. AIRTON CORDEIRO — ... que existe uma preocupação de transformar uma Secretaria, num "cabide de emprego!"

Ora, Sr. Presidente! É uma injustiça! É uma injustiça que se pratica contra o Governo do Estado, o Governo do Paraná tem adotado uma linha de mais absoluta austeridade, combatendo inclusive o empreguismo. E mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Deputado estranhou a necessidade de se criar uma Secretaria nova no Paraná - e eu quero aqui fazer justiça, eu não sei para onde vai o Presidente desta Casa, o Deputado Fabiano Braga Côrtes mas quero fazer justiça, não é só Saul Raiz que vai para o Governo do Estado, o Deputado Fabiano Braga Côrtes também vai, levado pelas mãos do Governador Ney Braga e isto é importante também para a classe política - então, o Deputado que perca essa sua preocupação porque ninguém vai fazer, do serviço público paranaense, "cabide de emprego", sobretudo um Governo responsável como esse que aí está!

Quero dar alguns exemplos e isto talvez não seja muito conveniente para alguns setores da Oposição, mas, o Governador Ney Braga deu uma recomendação expressa aos seus Secretários, no sentido de conter a admissão de novos funcionários, as empresas estatais do Paraná, hoje só admitem quando há necessidade de substituição, então, por uma questão de coerência, de lógica, de racionalidade, de decência administrativa, o Governo não estimularia jamais a criação de uma nova Secretaria, simplesmente para empregar!

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Ailton Cordeiro, nós estamos ouvindo Vossa Excelência discorrer sobre um fato do Paraná, um Estado que está sob o controle e a liderança de um homem autêntico, paranista, um homem que já deu de si, deu da sua saúde para o Paraná, ao se falar em Saul Raiz, Fabiano Braga Côrtes, os expoentes máximos de que o Paraná precisa para completar esta malha da estrutura governamental, seria uma honra para nós Parlamentares termos o nosso Presidente ajudando a dirigir este Estado, ajudando Ney Braga, o homem que entrou com as mãos limpas e com a consciência tranqüila para levar o Paraná, no concerto desta Nação, para o seu lugar devido; Saul Raiz já deu provas, no Departamento de Estradas de Rodagem, deu provas, na Prefeitura, deu prova, como amigo leal de Ney Braga e do Paraná. São homens como estes, são homens como Saul Raiz, como Fabiano Braga Côrtes e como homens como Vossa Excelência que fazem a Oposição tremer nas bases.

São homens de pulso firme, homens que sabem o que querem, homens que sabem o que o Paraná quer, homens que sabem aplicar o dinheiro do povo em benefício do próprio povo. E eu dou razão ao Deputado Mário Celso, porque são

homens que talvez vão botar uma pedrinha no sapato eleitoral da Oposição. É isso que eles não querem o resto, Vossa Excelência sabe que é balela. Eles estão tão preocupados com a administração paranaense que se esquecem que Saul Raiz virá ao Paraná para ajudar Ney Braga.

Se tivermos a felicidade de termos mais um companheiro nosso, mais um amigo que deu provas aqui na Assembléia Legislativa também ajudando a dirigir o nosso Estado, então seria uma glória para o Paraná e uma honra, e uma esperança e um estímulo para nós do PDS, para que possamos continuar nessa trajetória, lutando pelo Paraná e por sua gente.

E é por isso, Deputado Ailton Cordeiro, que eu me parabeno com Vossa Excelência; e à Oposição, ao Deputado Mário Celso nós teremos que dar razão. Porque diz o adágio popular antigo: "Não se atira pedra em árvores que não têm fruto".

Obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço, Deputado Gabriel

Manoel e Vossa Excelência tocou realmente no ponto basilar desta preocupação. Preocupação eleitoral, não existe outra preocupação. Quem é que vai refutar a capacidade administrativa de Saul Raiz. Quem é que pode refutar? A história está aí. A administração de Saul, no DER, está aí para ser constatada. A administração de Saul está aí para ser constatada. A administração de Saul está aí para ser pesquisada, esmiuçada.

Esta preocupação é que deve estar, realmente, causando já uma intranqüilidade no espírito de alguns opositores. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando o Governador Ney Braga decide levar para o seu secretariado o ex-Prefeito, e quando afirma publicamente que levará para o seu secretariado o Presidente desta Casa, claro que o Governador está preocupado em fortalecer a sua equipe de trabalho.

E vejam mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um fortalecimento que vai repercutir diretamente na classe política. Porque são homens que têm o timbre político, são homens que têm a preocupação maior de servir, são homens que se fizeram não pela crítica permanente e incessante, injusta e às vezes até inverídica. São homens que se fizeram pelo seu trabalho, são homens que se fizeram servindo, não homens que se fizeram em campanha às vezes fáceis, percorrendo os pontos frequentados por pessoas de menor preparo levando essas pessoas ao erro, no momento da eleição.

Não são homens que se fizeram simplesmente pelas palavras, mas pelo que fizeram, pelo que realizaram. Porque o apelo da Oposição inconformada, Sr. Presidente, o apelo da Oposição é o jogo de palavras. E o apelo da Situação confiante, é o jogo do seu trabalho. E, quando nós nos elegemos em maioria nesta Casa, nós nos elegemos porque o Governo mostrou serviço para o Paraná. O Governo mostrou e inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa faz um apelo aos nobres Srs. Deputados, que respeitem o Regimento Interno e o orador que se encontra na tribuna. E, comunica ao Sr. Deputado que tem um minuto para concluir.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sobre as intromissões indevidas, aqui vale lembrar uma afirmação do grande brasileiro que foi Rui Barbosa: — "a mentira é a razão de quem não tem razão."

Então aqueles que não têm como dizer com argumentos, procuram dizer pela intromissão indevida, pelo uso indevido das palavras e até com o falseamento da verdade.

Mas a esses, Sr. Presidente, nós respondemos com o nosso trabalho, a esses, nós respondemos com as medidas político-administrativas de uma grandeza enorme que o Paraná inteiro tem reconhecido. E não existe melhor forma de julgar. O nosso último julgamento é recente, é de 78, quando fizemos

maioria nesta Casa. Esse é o julgamento maior, é o julgamento do povo, não dos inconseqüentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – A Mesa consulta à Liderança do Partido Popular, se deseja fazer uso do seu horário.

Tendo declinado, consulta à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro. (Pausa). (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente. Necessita de apoio. –Apoiado.– Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei n.º 22/80, que declara de utilidade pública a “Associação Beneficente dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Paraná”. – Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 22/80.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.
DECRETA:

Art. 1.º – Fica declarada de utilidade pública a “Associação Beneficente dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Paraná”, no Município de Curitiba.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de novembro de 1980

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;
TADEU LÚCIO MACHADO, Relator.

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei n.º 84/80, que declara de utilidade pública a “Casa do Professor Primário do Paraná”, com sede e foro na Cidade de Curitiba. – Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 84/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º – É declarada de utilidade pública a “CASA DO PROFESSOR PRIMÁRIO DO PARANÁ”, com sede na Cidade de Curitiba.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de novembro de 1980.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;
TADEU LÚCIO MACHADO, Relator.

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei n.º 102/80, que autoriza o Poder Executivo doar, ao Município de União da

Vitória, o lote de terreno urbano, conforme específica. – Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 102/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA.

Art. 1.º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de União da Vitória, o lote de terreno urbano sob n.º 8-A, constante da Carta de Data n.º 318, medindo dezoito (18) metros de frente para a Rua Castro Alves, por quarenta e cinco (45) metros de fundos, registrado sob n.º 19.099, no livro 3-U, fls. 26, do 2.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória.

Art. 2.º – O imóvel de que trata o artigo anterior será destinado à finalidade exclusivamente de utilidade pública.

Art. 3.º – O Município de União da Vitória poderá permutar o imóvel referido no Art. 1.º com outro, desde que seja respeitada a destinação estabelecida no Art. 2.º, desta lei.

Art. 4.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de novembro de 1980.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;
TADEU LÚCIO MACHADO, Relator.

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei n.º 133/80, que declara de utilidade pública o Centro Social “Nossa Senhora Aparecida”, com sede e foro no Município de Cascavel. – Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 133/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º – Fica declarado de utilidade pública o CENTRO SOCIAL “NOSSA SENHORA APARECIDA”, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de novembro de 1980.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;
TADEU LÚCIO MACHADO, Relator.

2a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 143/80, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 64/80, que visa a majoração dos vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Estado, para vigorar a partir de 1.º de janeiro de 1981. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., por unanimidade e da C.R.H., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. COM PRAZO CONSTITUCIONAL.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 143/80

Art. 1.º – A partir de 1.º de janeiro de 1981, as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros, Auditores, Procurador Geral e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado e

dos integrantes da Polícia Militar do Estado passam a vigorar com os valores constantes dos anexos I e II.

Art. 2.^o — O valor unitário do salário-família atribuído ao funcionalismo estadual fica fixado em Cr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros).

Art. 3.^o — O valor mensal das pensões especiais, previsto ao art. 4.^o, da Lei n.^o 7.258, de 30 de novembro de 1979, fica fixado em Cr\$ 3.664,00 (três mil, seiscentos e sessenta e quatro cruzeiros).

Art. 4.^o — O valor da gratificação de regência de classe, de trata o art. 10, da Lei n.^o 7.099, de 08 de janeiro de 1979 fica fixado em Cr\$ 59,00 (cinquenta e nove cruzeiros).

Art. 5.^o — A gratificação de produtividade instituída pelas Leis n.^{os} 6.569, de 25 de junho de 1974; 6.593, de 15 de agosto de 1974; 6.641, de 04 de dezembro de 1974; 6.787, de 31 de maio de 1976 e 7.066, de 06 de dezembro de 1978, fica majorada em índice percentual igual ao atribuído por esta lei aos vencimentos dos cargos efetivos, desprezadas as frações de cruzeiro.

Art. 6.^o — As disposições desta lei aplicam-se, no que couber, ao respectivo pessoal inativo, respeitado o critério de proporcionalidade pelo qual o servidor tenha sido aposentado, reformado ou colocado em disponibilidade.

Parágrafo único — A média das vantagens instituídas pela Lei n.^o 6.212, de 19 de agosto de 1971, incorporada aos

proventos de inativos, fica com seu valor acrescido do mesmo índice percentual atribuído por esta lei ao respectivo provento básico, desprezadas as frações de cruzeiro.

Art. 7.^o — É fixada em 7% (sete por cento) a partir da vigência desta lei, elevando-se para 8% (oito por cento) a partir de 1.^o de janeiro de 1982, a contribuição mensal em favor do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPE - dos funcionários estaduais, servidores autárquicos e demais filiados ao regime de pensão instituído pela Lei n.^o 4.766, de 13 de novembro de 1963, inclusive dos inscritos facultativamente ou em decorrência de convênios.

Art. 8.^o — O benefício da pensão mensal pago pelo Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPE — passa a ser correspondente a 60% (sessenta por cento) da retribuição sobre a qual estiver sendo calculada a contribuição na data do falecimento do segurado.

§ 1.^o — As pensões já deferidas aos beneficiários serão recalculadas com base no módulo percentual fixado neste artigo e pagas com a majoração, a partir da vigência desta lei.

§ 2.^o — A pensão será reajustada sempre que houver concessão de aumento geral de vencimentos ao funcionalismo, com base nos mesmos índices utilizados para este.

Art. 9.^o — Esta lei entrará em vigor em 1.^o de janeiro de 1981, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I

TABELA I CARGOS EFETIVOS DO PODER EXECUTIVO

NÍVEL	VALOR
1	6.331,00
2	6.331,00
3	6.331,00
4	6.331,00
5	6.376,00
6	6.515,00
7	6.656,00
8	6.799,00
9	6.940,00
10	7.084,00
11	7.224,00
12	7.363,00
13	7.506,00
14	7.648,00
15	7.789,00
16	7.932,00
17	8.761,00
18	9.779,00
19	10.765,00
20	11.802,00
21	12.812,00
22	13.808,00
23	14.829,00
24	15.832,00
25	16.838,00
26	17.855,00
27	18.873,00
28	19.878,00
29	20.884,00
30	22.053,00

ANEXO I

TABELA II

a) POLÍCIA MILITAR	
Soldo do Posto de Coronel	31.893,00
b) POLÍCIA CIVIL	
Vencimento de Delegado de Polícia da 1a. Cl.	31.893,00

ANEXO I

TABELA III

COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO – CRE

a)	Agente Fiscal 1, Classe “C”, Ref. IV	27.354,00
b)	Diretor do CRE (EM COMISSÃO)	37.707,00

ANEXO I

TABELA IV

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

a)	PROCURADORES:	
	CLASSE	VALOR
	1ª	70.530,00
	2ª	63.593,00
	3ª	57.351,00
b)	ADVOGADOS:	
	1ª	46.116,00
	2ª	41.622,00

ANEXO I

TABELA V

ENGENHEIROS

	CLASSE	VALOR
	1ª	70.530,00
	2ª	63.595,00
	3ª	57.351,00
	4ª	51.734,00
	5ª	46.116,00

ANEXO I

TABELA VI

MAGISTÉRIO

	NÍVEL	VALOR
	1	9.916,00
	2	13.466,00
	3	16.106,00
	4	18.746,00
	5	25.415,00

ANEXO I

TABELA VII

PROFESSOR QUADRO ÚNICO

	CARGO: PROFESSOR	VALOR
	Licenciatura Plena - 22 horas	18.746,00
	Licenciatura Plena - 15 horas	13.158,00
	Licenciatura Plena - 10 horas	9.167,00
	Licenciatura Curta - 22 horas	16.106,00
	Licenciatura Curta - 15 horas	11.358,00
	Licenciatura Curta - 10 horas	7.965,00
	Não Licenciado - 22 horas	13.465,00
	Não Licenciado - 15 horas	9.558,00
	Não Licenciado - 10 horas	6.766,00

ANEXO I

TABELA VIII

CARGOS EM COMISSÃO
DOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO E
DO TRIBUNAL DE CONTAS

a)	SÍMBOLO	VALOR
	1 - C	31.126,00
	2 - C	28.746,00
	3 - C	26.536,00
	4 - C	24.511,00
	5 - C	22.645,00
	6 - C	20.920,00

7- C	19.360,00
8- C	17.901,00
9- C	16.573,00
10- C	15.325,00
11- C	14.219,00
12- C	13.158,00
13- C	12.196,00
14- C	11.319,00
15- C	10.516,00

b)

DAS 1	73.548,00
DAS 2	66.969,00
DAS 3	60.992,00
DAS 4	53.631,00
DAS 5	41.486,00

ANEXO I

TABELA IX

**FUNÇÃO GRATIFICADA DOS PODERES
EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO E DO TRIBUNAL DE CONTAS**

SÍMBOLO	VALOR
1- F	3.986,00
2- F	3.384,00
3- F	2.984,00
4- F	2.395,00
5- F	2.189,00
6- F	1.787,00
7- F	1.388,00
8- F	1.198,00
9- F	978,00
10- F	794,00

ANEXO I

TABELA X

PESSOAL EFETIVO DO PODER JUDICIÁRIO

NÍVEL	VALOR
1	6.331,00
2	6.331,00
3	6.331,00
4	6.331,00
5	6.376,00
6	6.515,00
7	6.656,00
8	6.799,00
9	6.940,00
10	7.084,00
11	7.506,00
12	7.836,00
13	7.941,00
14	8.058,00
15	8.974,00
16	9.859,00
17	10.909,00
18	11.959,00
19	12.994,00
20	14.038,00
21	15.094,00
22	16.150,00
23	17.193,00
24	18.237,00
25	19.267,00
26	20.309,00
27	21.369,00
28	22.413,00
29	23.465,00
30	24.508,00

ANEXO I

TABELA XI
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

NÍVEL	VALOR
18	11.785,00
17	12.733,00
16	13.765,00
15	14.890,00
14	16.518,00
13	18.674,00
12	19.577,00
11	21.214,00
10	23.412,00
9	25.977,00
8	28.541,00
7	32.387,00
6	35.196,00
5	38.283,00
4	41.670,00
3	45.395,00
2	46.606,00
1	52.164,00

ANEXO I

TABELA XII

TRIBUNAL DE CONTAS

CARGO	SIMBOLOGIA	VALOR
Técnico de Controle Externo	TC 100.5	47.415,00
Técnico de Controle Externo	TC 100.4	40.167,00
Técnico de Controle Externo	TC 100.3	32.643,00
Técnico de Controle Externo	TC 100.2	26.352,00
Técnico de Controle Externo	TC 100.1	23.479,00
Auxiliar de Plenário	TC 200.2	22.728,00
Auxiliar de Plenário	TC 200.1	21.873,00
Oficial de Controle	TC 300.5	20.949,00
Oficial de Controle	TC 300.4	19.651,00
Oficial de Controle	TC 300.3	17.941,00
Oficial de Controle	TC 300.2	16.231,00
Oficial de Controle	TC 300.1	15.547,00
Auxiliar de Controle	TC 400.3	14.864,00
Auxiliar de Controle	TC 400.2	13.495,00
Auxiliar de Controle	TC 400.1	11.785,00
Auxiliar Administrativo	TC 500.3	10.930,00
Auxiliar Administrativo	TC 500.2	9.871,00
Auxiliar Administrativo	TC 500.1	8.025,00

ANEXO I

TABELA XIII

PODER JUDICIÁRIO

CARGO	VALOR
Assistente Jurídico PJ TJ-1	38.631,00
Assistente Jurídico PJ TJ-2	42.791,00
Assistente Jurídico PJ TJ-3	47.415,00

PARTE SUPLEMENTAR

Assessor de Imóveis	46.058,00
---------------------------	-----------

ANEXO I

TABELA XIV

TRIBUNAL DE ALÇADA

CARGO	VALOR
Assistente Jurídico PJ TA-3	42.466,00
Assistente Jurídico PJ TA-2	39.026,00
Assistente Jurídico PJ TA-1	35.586,00
Assistente Técnico Administrativo PJ TA-2	39.026,00
Contador PJ TA-1	35.586,00

ANEXO II

TABELA I

MAGISTRARUA

CARGO	VALOR
Desembargador	120.804,00
Juiz do Tribunal de Alçada	114.820,00
Juiz de Entrância Final e Auditor da Justiça Militar	107.506,00
Juiz de Entrância Intermediária	96.879,00
Juiz de Entrância Inicial	87.307,00
Juiz Adjunto	78.690,00

ANEXO II

TABELA II

CARGO	VALOR
Conselheiro	120.804,00
Auditor	108.839,00
Procurador junto ao Tribunal de Contas	108.839,00

EM COMISSÃO

Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas	120.804,00
--	------------

ANEXO II

TABELA III

MINISTÉRIO PÚBLICO

CARGO	VALOR
Procurador Geral da Justiça (em comissão)	120.804,00
Procurador da Justiça	114.820,00
Promotor de Entrância Final	107.506,00
Promotor de Entrância Intermediária	96.879,00
Promotor de Entrância Inicial	87.307,00
Promotor Substituto	78.690,00

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, solicitando o adiamento por três sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei n.º 143/80.— Aprovado.

Adiada por três (3) sessões, a discussão e votação do referido projeto.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 152/80, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mens. Govern. n.º 68/80), que concede um abono provisório aos funcionários civis e militares do Estado, para ser pago somente no mês de dezembro de 1980. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já tivemos oportunidade de vir a esta tribuna e colocar algumas posições com relação a esta Mensagem do Governo, traduzida agora neste projeto de lei, em segundo turno de discussão, e relativo a um abono provisório ao funcionalismo público estadual.

Nas razões expendidas pela exposição de motivos do Governo, nota-se que o Governo procura enfatizar que este abono tem como fundamento a concessão desse benefício extraordinário e a título de, em outras palavras, abono de Natal ou gratificação de fim de ano, como que buscando uma fórmula de compensar a inexistência do décimo terceiro salário para o funcionalismo público.

E diz o Governo na sua justificativa, que reconhece a necessidade de fazer um reparo da defasagem salarial do funcionalismo público estatutário.

Esta é uma das medidas que, ao nosso ver, nem de longe satisfaz a pretensão do funcionário, principalmente tendo em vista que o funcionário público civil hoje, com a elevação do salário-mínimo regional, ganhará a partir do mês de novembro, através da elevação do mínimo regional, a quantia de Cr\$... 5.788,50, aduzidos mais os quinquênios e as vantagens inerentes.

Ocorre o seguinte, Sr. Presidente, que grande parcela do funcionalismo público estadual está lotada, no mais das vezes, entre o nível 10 e 15.

O grosso do funcionalismo público estadual, nestas condições, hoje não ganha se não, de vencimento básico, Cr\$... 5.788,50.

Ora, se o Governo pretende dar trinta por cento de abono provisório ao funcionalismo público estadual, é fácil fazer o cálculo. Não chega a Cr\$ 1.800,00 por funcionário público, tendo em vista que no Estado, em números redondos, a quantia equivalente a oitenta mil funcionários públicos, vê-se que o Governo não terá grande dispêndio financeiro para arcar com este suporte do Tesouro do Estado.

Na mesma Mensagem, é o Governo quem diz que precisa ter uma abertura de crédito especial de Cr\$ 250.000.000,00, mesmo havendo a elevação do salário-mínimo regional de Cr\$ 4.159,50 para Cr\$ 5.788,50, a elevação; a diferença não vai ser absolutamente significativa para o Tesouro do Estado.

Por outro lado, Sr. Presidente, o Governo propala muito que haverá uma gratificação de Cr\$ 4.500,00 para os que ganham a cifra superior de Cr\$ 15.000,00 a mais por mês.

Ora, todos sabemos que pela lei vigente do funcionalismo público, o maior nível do quadro de servidores públicos do

Paraná, de acordo com o Diário Oficial de 05 de dezembro de 1979, ganha Cr\$ 12.132,00, o nível 30.

Sabemos também que no nível 30 não tem um só funcionário público lotado. Não há preenchimento das vagas do nível 30. Isto quer dizer que o nível 29, ganhando Cr\$ 11.450,00 chega a Cr\$ 3.400,00 esta gratificação.

Por que o Governo teria limitado em Cr\$ 4.500,00?

Por que não faria o Governo uma gratificação única e exclusiva para todos os servidores públicos do Paraná? Por que os que ganham Cr\$ 15.000,00 o que ganha Cr\$ 10.000,00 têm uma diferença praticamente substancial?

Vejam Vossas Excelências, quais as categorias que ganham de Cr\$ 15.000,00 no Estado? São os cargos comissionados, são aqueles lotados como cargos de confiança e exatamente estes próximos à administração das Secretarias, das autarquias, da Casa Civil e do próprio Governo do Estado. Logo, são alguns poucos privilegiados.

Mas por que o Governo trata com discrepância o funcionário já esmagado? Porque são 16 níveis de vencimentos do funcionalismo do Estado do Paraná, que estão hoje todos, ganhando um salário-mínimo regional vigente. Até porque, vejamos por exemplo, o nível 19, que ganha, hoje pela lei vigente, pela lei de aumento de 5 de dezembro de 1979, Cr\$... 5.589,00.

Sabe-se também, que houve a incorporação da Parcela Adicional Social; mesmo com estas, o funcionário público estatutário, não terá um abono superior a Cr\$ 3.500,00.

Nenhum funcionário estatutário vai ter mais de Cr\$... 3.500,00; ressalva-se para aqueles comissionados que via de regra, estão sempre lotados, com vencimentos de mais de Cr\$... 12.000,00.

E a pergunta se faz é aqui, Sr. Presidente: por que o Governo não nivelou a todas as categorias, a todos os níveis, a cifra igualitária, justa e equitativa, de Cr\$ 4.500,00, por funcionário público?

Não vemos porque o Governo não trata, com igualdade, ao menos nesta hora? Porque há de se argumentar: o funcionário que tem uma remuneração básica superior, a Cr\$... 15.000,00 naturalmente também se aduz a ela, os extraordinários e as vantagens correlatas ao cargo que está ocupando. Este, via de regra, não seria tão carente de um abono de emergência ou de um abono provisório, como propõe o Governo.

A nossa vinda à tribuna, Sr. Presidente, é para apresentar uma emenda no sentido de nivelar todas as categorias com base num único abono, que é o de Cr\$ 4.500,00 no mês de dezembro. E tem-se em vista também, a preocupação de que isto poderia assestar o Tesouro do Estado.

Mas, a preocupação maior não é esta. Também fomos à ela e verificamos a arrecadação do ICM do Estado.

Esta, Srs. Deputados, é crescente ao nível da inflação e do custo de vida, porque é imposto direto, tributado sobre a venda dos produtos em qualquer tipo de mercado. E o ICM cresce na proporção da inflação, do aumento do custo de vida e tudo mais. Por que o funcionário público do Estado do Paraná, não tem também um tratamento pelo menos próximo ao que seria desejável? É indiscutível que no Brasil, hoje nós vivemos um drama muito sério. Se por um lado, na iniciativa privada, nós temos dois aumentos salariais, ou um reajuste salarial, como convém chamar à nível de Governo, de seis em seis meses? Por que o funcionário público também não teria direito a esse reajuste?

Poderíamos nos arrojar a argumentação de que o funcionário público tem outro tipo de vantagens: quinquênios, gratificações, e que se somam no seu vencimento básico. Acontece que o funcionário público do Estado, por exemplo, pela última lei de aumento, o nível de vencimento inicial, do número 1, era até o mês de maio Cr\$ 2.991,00. Hoje, pela proposição do Governo, e aí é que nós, na ocasião da implantação do sistema de

Parcela Adicional Social, queríamos e advogávamos aqui desta Tribuna, que a Parcela Adicional Social haveria de ser equiparada aos vencimentos, para que a essa se somasse também as vantagens. Aí sim, estaria o funcionário, pelo menos, compensado em parte, em alguns meses, os primeiros meses de vigência, da defasagem e do arrocho salarial.

Ora, temos conhecimento de que o Governo, sensível às ponderações aqui argumentadas, e aos contatos com o Sr. Secretário dos Recursos Humanos, haverá de propor, na reclassificação de cargos, uma elevação que seja o nível inicial talvez, se se mantiver a posição declinada pelo Secretário, funcionário lotado no nível 1, poderá ter, além do salário-mínimo vigente, mais a Parcela Adicional Social, que, somados, dariam Cr\$ 7.235,00, se a memória não me trai.

Eu pergunto, então, Sr. Presidente, nesta fase de final de ano, em que dezenove níveis de vencimentos do funcionalismo público estão encavalados sobre o salário-mínimo, por que não haver uma concessão especial, se é a Mensagem do Governo, voluntária?

Por que o Governo não concede, então Cr\$ 4.500,00 a cada um dos funcionários, a título de abono provisório? Nós estamos propondo e a Assembléia pode deliberar, porque está dentro da Mensagem a ser discutida, e não é inconstitucional. Não é porque o Governo se refere ao remanejamento de verbas dentro da própria estrutura normativa vigente: a lei de Orçamento e as outras leis que se sobrepuseram depois dela, que é datada de 17 de março de 1.964.

E não é inconstitucional, porque se a matéria vem à Casa para ser discutida, e discutida também na questão de valor e na questão de verba que se consigna no orçamento para esta finalidade, não há porque se argumentar da sua inconstitucionalidade.

Neste sentido, Sr. Presidente, no encaminhamento da discussão, inclusive, com o apoio regimental adequado e constitucional, estamos encaminhado uma emenda para que seja considerado por esta Assembléia, no sentido de que todos os funcionários públicos tenham direito a perceber, somente no mês de dezembro, como prevê a própria mensagem, a quantia de Cr\$ 4.500,00.

Fora daí, no nosso ver, no entendimento a nossa Bancada, é um tratamento discricionário que, inclusive, desgasta a já desgastada imagem do próprio Governo do Estado.

E, nestas condições, pediria a apreciação atenta dos eminentes ilustres Srs. Deputados do Partido do Governo, para que, apreciando esta emenda, possam deliberar com justiça e justiça, visando, inclusive, diminuir um pouco a defasagem do poder aquisitivo de moeda que dezenove níveis de funcionários públicos estaduais estão a arcar, desde os primórdios da implantação da elevação do salário de 1.979.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 152/80.

Sobre o referido projeto, emenda subscrita pelos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e outros, no seguinte teor: (Le):

“EMENDA

Ao Projeto de Lei n.º 152/80.

Substitua-se o artigo 1.º, suprimindo-se seus incisos I e II, e o artigo 3.º, pela seguinte redação:

“Art. 1.º — Aos ocupantes de cargos efetivos ou em comissão do Serviço Público Civil do Estado, aos integrantes da Polícia Militar, e ao respectivo pessoal inativo, fica concedido um abono provisório, pagável de uma só vez, durante o mês de dezembro do corrente ano, no valor fixo de Cr\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos cruzeiros).”

“Art. 3.º — Para atender às despesas decorrentes da execução da presente lei, fica o Poder Executivo autorizado

a abrir crédito especial no valor correspondente à aplicação desta lei, servindo como recursos para a respectiva cobertura, qualquer das formas especificadas no § 1.º, do Art. 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1.964.”

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1.980.

a) Fidelcino Tolentino.

APOIAMENTO: Nestor Baptista, Augusto Carneiro, Darcy Deitos, Mário Celso, Fiori Luiz, Renato Bernardi, Carlos Zanlorenzi, Gilberto Agibert Filho, Nelson Friedrich e Lineu Turra.

JUSTIFICATIVA:

Essa emenda visa dar maior amplitude social ao espírito da lei, contemplando de maneira igual a todos os servidores do Estado, principalmente os mais humildes, que necessitam desse “Abono de Natal”.

Em votação o projeto.

O SR. RENATO BERNARDI — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Bancada do PMDB, na sua totalidade, presente a esta Casa, subscreveu esta emenda, por entender — e ainda mais com as justificativas apresentadas, da Tribuna, pelo Deputado Fidelcino Tolentino — por entender que, no período natalino, tantas são as injunções sociais que advêm sobre as famílias brasileiras, com o atual estágio consumista da sociedade, que um abono de 30% para aqueles funcionários, que beirando à casa do salário-mínimo, vai representar apenas uma gota d'água, sem maiores consequências, sem maior significado específico, no seu peso, no seu valor.

E, por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o próprio Secretário das Finanças, quando esteve nesta Casa, deu conhecimento, aos Srs. Deputados, da superação da expectativa de receita do Estado, por parte do ICM.

Ora, se esta superação existiu, se esta expectativa ficou aquém da receita realizada, Vossas Excelências não de convir que, em parte, foi fruto e resultado do trabalho específico de tantos e tantos funcionários que dedicaram o melhor dos seus esforços para que isso ocorresse.

Se esta superação de expectativa de receita suplantou a casa dos Cr\$ 6.000.000,00, e se realmente, o Secretário das Finanças, no pequeno auditório desta Casa, reconhece que cada salário-mínimo atribuído a um funcionário, representaria, no final de um ano, a importância de Cr\$ 1.000.000,00, então, vamos sentir que na mensuração de grandeza do abono que o Governo propõe de 30% sobre qualquer tipo de vencimentos, estabelece um teto de Cr\$ 4.500,00 para quem ultrapassar os Cr\$ 15.000,00, e isto deverá representar uma alteração de despesa muito pequena, em relação ao volume dos recursos financeiros do Estado do Paraná.

Não entendemos o porquê que esta emenda não deva ser aprovada, porque ela vem, inclusive, Sr. Presidente, estabelecer uma verdade social para este País, porque, enquanto a sociedade de consumo que aí está definiu e impôs um décimo terceiro para todos os assalariados regidos pela CLT, enquanto as Companhias de Economia Mista em alguns setores, autarquias e outros estabelecimentos de crédito estabeleceram além do 13.º, a gratificação natalina como uma participação efetiva dos seus funcionários nos lucros e nos resultados financeiros e econômicos da empresa.

E agora vem, aqui, nesta Casa, o Sr. Secretário das Finanças do Estado, a proclamar o “superavit” de arrecadação apenas de ICM.

Parece-me, Sr. Presidente, que, em razão de justiça tanto social como funcional, esta emenda tem plena viabilidade de aprovação aqui nesta Casa, e representaria apenas e tão somente um reconhecimento por parte das autoridades estaduais, das reais necessidades porque passam os funcionários,

premidos por uma estrutura que aí está nas vésperas das festas natalinas, que, o seu filho, não identifica as razões que fazem com que o filho do seu vizinho, se elitista e operando em outro setor, receba um reforço de caixa, coisa que não acontece com o funcionário público.

Portanto, a nossa Bancada não apenas patrocina a emenda como entende que ela é perfeitamente justa e apela, inclusive, para todo o plenário, no sentido de que ao menos este reconhecimento de justiça social e de enfoque da realidade em que nós vivemos dentro deste estágio consumista da nossa sociedade industrial, representa uma minoração dos males que os funcionários passam, neste período de fim de ano.

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em votação o Projeto, ressaltando...

O SR. MÁRIO CELSO — (Pela ordem) Ilustre, Presidente, eu só gostaria de fazer uma rápida colocação, porque, em um preâmbulo a essa mesma matéria — instantes atrás o Deputado Airton Cordeiro citou da Tribuna que este Parlamentar teria falado que o Secretariado não trabalha mais. Uma mentira! Isso não está no meu pronunciamento, eu não falei que o Secretariado não trabalha mais, pelo contrário, está trabalhando, este projeto foi fruto de uma Secretaria, a de Recursos Humanos e é um projeto até certo ponto injusto, desumano e anti-social, porque ele realmente vai pagar uma abono de 4 mil e 500 cruzeiros a quem ganha muito dinheiro, a quem ganha pelo menos mais de 15 mil cruzeiros, e aqueles funcionários que ganham menos desse teto, vão receber um abono de porcentagem, o que significa, para quem ganha um salário de 4 mil e 500 cruzeiros, ou que está dentro dessa faixa, ou, agora, 5 mil e poucos que é o salário-mínimo, vai ter um abono de perto de 2 mil cruzeiros, 1 mil e 500, 2 mil cruzeiros.

Então, na verdade, nós sentimos que o quadro que se apresenta é um quadro realmente injusto; por isso, nós estamos totalmente de acordo com o posicionamento do Deputado Fidelcino Tolentino, apoiado pela bancada, conforme disse o nobre Líder Deputado Renato Bernardi, do PMDB, em prevalecer esta emenda ao Projeto de Lei n.º 152/80, unificando o abono. Não vai realmente acarretar em maiores prejuízos ao Estado do Paraná.

Eu acredito que o teto de Cr\$ 4.500,00, pago indistintamente a todos os funcionários públicos, vai reparar um erro.

Então, mais uma vez eu afirmo, as Secretarias realmente estão trabalhando, mas, muitas vezes, de maneira errada. Estão fazendo a gríria, mais um "feijão com arroz".

Nós queremos realmente posições firmes e grandes obras, queremos ver o Estado do Paraná colocado no seu grande e devido lugar. Não estamos absolutamente contra a presença de nenhum político na área do Executivo, muito pelo contrário, ficamos felizes quando vemos o nome de um Fabiano Braga Côrtes, o homem que passou pelas urnas, um homem que foi bem votado e o homem que tem capacidade e inteligência para corresponder àquilo que espera o Governador.

Mas, não podemos admitir, a ingerência daqueles que não se submeteram ao voto popular e que nem conseguiram, apesar de colocar toda a máquina administrativa, fazer daqueles que lhes prestigiaram o mais votado em Curitiba.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em votação o Projeto de Lei n.º 152/80. Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, vou me limi-

tar a discussão da matéria para atender ao Regimento Interno.

Primeiramente, Sr. Presidente, há que se estabelecer uma distinção e ao que parece, não houve ainda um pleno entendimento a cerca dessa distinção que eu pretendo fazer.

Houve algumas manifestações de estranheza, quanto ao fato da fixação do abono em Cr\$ 4.500,00. Uma tentativa de se fazer justiça social.

Se os servidores públicos do Estado, nos seus níveis normais de um a 30, percebem menos de 15 mil cruzeiros, o que o Governo quer fazer, é evitar que os servidores mais graduados, que ocupam cargos em comissão e que ocupam outras funções em outros Poderes com salários mais altos percebam mais do que Cr\$ 4.500,00.

É o caso de exemplificar com um funcionário, digamos, do Poder Legislativo que percebe mais de 30 mil cruzeiros, que se ganhasse os 30% teria 9 mil cruzeiros de abono. E se isto acontecesse, o Estado seria incapaz de poder atender aos funcionários que recebem menos.

Então, qual é o critério mais justo, mais lógico? Em primeiro lugar, fixar um percentual para que proporcionalmente ao vencimento de cada um, haja um abono de Natal. Abono de Natal que, diga-se a bem da verdade, é um reconhecimento do Governo do Estado às dificuldades de hoje da nossa população. Devo aqui lembrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Deputado Erondy Silvério, Augusto Carneiro e este Parlamentar, quando nós discutíamos com os Srs. Secretários de Estado a concessão de abono e, diga-se para fazer justiça ao Governador e esta Casa, este foi um assunto amadurecido pelo Executivo e pelo Legislativo.

Nós chegamos, à hora em que discutíamos essa matéria, a sugerir que houvesse um abono de emergência para os meses de novembro e de dezembro. A receptividade foi boa os estudos foram feitos e, chegou-se à conclusão, de que o Estado não tinha viabilidade, não tinha caixa para poder dar o abono em novembro e dezembro.

Então evidentemente, o Governo está dando o que lhe é possível dar. A emenda apresentada pela nobre Bancada da Oposição é justa, eu gostaria de votar favoravelmente à emenda. Mas, não posso por duas razões:

A primeira de ordem constitucional, ela é inconstitucional. Como membro da C.C.J., isso está nas atas desta Comissão, nós firmamos uma posição e como nós, outros Deputados, inclusive o Deputado Deni Schwartz. De que não é concebível que o Poder Legislativo, esteja a aprovar matérias flagrantemente inconstitucionais.

Em segundo lugar, não podemos votar favoravelmente porque sabemos, temos consciência de que o Governo do Estado não tem condição financeira de pagar mais do que está propondo.

Então com a consciência desta realidade seria uma irresponsabilidade de nossa parte, e aqui eu me refiro à Bancada do PDS, uma irresponsabilidade de nossa parte aprovar uma iniciativa que nós sabemos não é exequível pela falta de condições do Tesouro Público.

O que ocorre, Sr. Presidente, é que existem algumas deformações estruturais hoje na política dos servidores públicos do Brasil.

Esta Casa aprovou unanimemente, não faz muito tempo, um requerimento de nossa autoria que foi encampado pela nossa bancada, sugerindo ao Presidente da República a adoção dos mesmos critérios da política salarial para as empresas privadas em relação aos servidores públicos. E usávamos à época um argumento que me parece relevante e altamente cristão: O mesmo alimento que come o trabalhador da empresa privada tem que comer o servidor público para viver.

Uma outra deformação de ordem estrutural, é a ausência do 13.º salário para o servidor público, quando nós sabemos

que o trabalhador da empresa privada recebe o seu 13.º salário. Então a nossa luta ela é muito mais profunda, ela é uma luta que tem raízes muito mais fortes, porque ela é muito mais abrangente. Nós precisamos é reformar esta estrutura que está retribuindo de uma forma desigual, o trabalho daquele que serve à empresa privada e o trabalho daquele que serve aos Governos Federal, Estaduais, e Municipais.

Logo, Sr. Presidente, mesmo que reconhecendo justiça na proposta, mesmo que reconhecendo que a proposta tem um valor social, um valor humano, nós devemos por essas razões dizer que votaremos contrariamente, mas não gratuitamente. Votamos contrariamente com consciência dessa responsabilidade que temos e porque sabemos as gestões que fizemos, não só para que esse nível de abono fosse elevado no seu percentual, mas para que inclusive fosse antecipado e fosse pago já a partir do mês de novembro.

E quero também como relevante dizer que o abono se insere num contexto de benefícios que o Governo do Estado está entregando aos servidores públicos do Paraná. A reclassificação trará despesa maior para o Governo do Estado. O aumento de 72% a partir de janeiro vai trazer despesa maior para o Governo do Estado. As despesas decorrentes do atendimento das reivindicações do magistério serão todas elas arcadas pelo Tesouro Público, quem sabe até tendo que recorrer num futuro muito próximo a fontes de financiamento para poder atender a esse tipo de compromisso.

A elevação das pensões dos pensionistas do Instituto de Previdência do Estado, iniciativa do Governo do Estado que ainda agora manda uma Mensagem aditiva para esta Casa aumentando o percentual de 50 para 60%. Então são providências que o Governo do Paraná vem adotando para atender a sua população que o serve na qualidade de funcionários públicos paranaenses.

E o abono se inclui dentro desse quadro de providências. Por isso nós não podemos, na verdade, fazer uma análise individual, particularizada, porque responsabilmente durante dezenas de horas, Secretários das diversas áreas do Governo do Paraná estiveram reunidos com Parlamentares para chegar a um ponto de equilíbrio e para atender a uma realidade que está diante de todos nós.

Essas são as razões motivadoras que nos levam a rejeitar a emenda, mesmo reconhecendo o seu largo alcance social, sob pena de aprovamos uma medida que o Governo será incapaz de atender, que será certamente vetada pelo Governador e que poderá, no seu desdobramento trazer uma outra consequência grave para o servidor, que é a ausência ou que será a ausência de tempo físico para a implantação do abono nas folhas de pagamento dos servidores públicos do Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para encaminhar) Sr.

Presidente, não deixam de ser judiciosas as ponderações do eminente Deputado Airton Cordeiro, até porque o argumento mais forte do Governo se prende à questão orçamentária, ao problema do Tesouro, às razões do Estado, às injunções de natureza econômica, social e política, determinadas pelo Governo Federal.

Mas é exatamente nesse princípio que divergimos do espírito da Mensagem do Governo. Ora, se ela visa reparar um mal que o próprio Estado está causando para o seu funcionário, como poderíamos descurar de um raciocínio mais lógico que é a sua dependência a um estado praticamente de miséria em que vive quase toda a categoria de trabalhadores?

Perguntaria, se são razões do Tesouro, como argumentar que o Governo pede a abertura de um crédito especial de

250 milhões para satisfazer as necessidades desta Mensagem? Se partirmos do argumento de que são 80 mil funcionários públicos do Estado do Paraná? Multiplique-se 80 mil funcionários por 4.500 cruzeiros, dará a cifra de 360 milhões de cruzeiros.

Onde, Sr. Presidente, um Estado como o Paraná, que representa 17% das exportações de produtos agrícolas brasileiros, onde a sustentação do argumento que isto poderia quebrar as finanças do Estado? Muito longe deste argumento. Absolutamente incompreensíveis estas razões do Estado. E por quê? Onde está o sentido social que as mensagens enfatizam, em todas elas, que um dos primados da atenção do Governo do Estado do Paraná é o atendimento do homem? É buscando a promoção humana dentro de remunerações compatíveis com a dignidade da pessoa humana?

Não dá para entender. Efetivamente não dá para entender, Sr. Presidente, de que forma o Governo do Estado, nos argumentos de suas mensagens, fala do homem e o usa para que o Estado venha, com sua máquina, o seu poder, a sua poderosidade, e sirva-se dele para o enriquecimento do próprio Estado.

É inegável. O Estado se multiplica, se agiganta, cresce, mas o homem que serve o Estado, a máquina que governa o Estado, que desempenha a sua função social no Estado, esta, é exercida pelo ser humano. E o ser humano, com quanto possa ter criado o Estado, para melhorar o seu nível de vida, a sua dignidade, o seu relacionamento e a sua elevação como ser, passa a ser instrumento do Estado.

Realmente, ficamos numa dúvida. Argumentar por argumentar, é muito fácil! Dizer que as razões de não elevar esta compensação que seria o de 13.º salário, ora, se o Governo adota uma política de permitir o 13.º e o 14.º salário, é o reconhecimento de que a concentração de rendas está massacrando os salários. Há o gigantismo, o crescimento econômico do Estado, seja ele da Unidade Federativa, seja ele do Governo Central, mas a verdade é que o trabalhador hoje paga duras penas. Este regime se implantou no País para servir ao Capitalismo, esquecendo-se de que o Capitalismo é criação da sabedoria do ser humano. É uma postulação das idéias humanas.

É neste primado, Sr. Presidente, que não podemos concordar com esta parcialidade do Governo. Agora sim seria hora dele determinar a justeza da sua política de bem servir ao servidor. De tratar com igualdade, com equidade, com justiça social, o servidor público do Paraná e tributar, pelo menos, a quantia mínima de 4.500 cruzeiros, que não chega a ser o salário mínimo vigente. Porque este hoje está elevado para 5.788,50 centavos. E diga-se de passagem, esse salário mínimo regional, muito longe, Sr. Presidente, de satisfazer, as mínimas necessidades de subsistências. E aí estão os 19 níveis do Poder Executivo; os 17 níveis do Judiciário e do Legislativo. Ganhando um mínimo do salário regional. E o Governo ponderar que não tem verbas? Sabendo que a arrecadação do Estado está crescendo progressivamente, com superavit inclusive não previsto pelos setores arrecadadores do Estado.

A ponderação que fazemos é humana; o argumento que usamos, Sr. Presidente, é um argumento de, pelo menos, proteger um pouco o sofrimento daqueles que vivem à mercê da própria sorte, das injunções do poder discricionário que detém todos os Estados da Unidade Federativa.

E nessas condições nós fazemos um apelo ao senso de justiça, ao alto saber da criatividade dos membros do Partido do Governo, para que também na mesma linha de compreensão, com que houve o eminente Líder, no caso dos professores, haja também um entendimento racional, justo, equitativo, lógico, ponderado de se examinar esta proposta que a Banca da Oposição faz, para esta Assembléia deliberar.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o projeto, ressalvada a emenda. Aprovado, artigo por artigo.

Em votação a emenda ao Projeto de Lei n.º 152/80, subscrita pelos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e outros. Rejeitada.

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Deferido. Será procedida a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se. (Pausa) Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa)

10 Srs. Deputados aprovam; 23 Srs. Deputados rejeitam. Rejeitada a Emenda.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 134/80, de autoria do Deputado JOSÉ LÁZARO DUMONT, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CASCAVEL", com sede e foro no Município de Cascavel. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 134/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CASCAVEL.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1.980

a) Lázaro Dumont.

JUSTIFICATIVA:

Reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social sobre o n.º 144.894/63, com a denominação de SINDICATO DOS PRODUTORES AUTONOMOS DE CASCAVEL, e posteriormente de acordo com o processo MTPS — 168.541/67, de 29 de maio de 1.967, foi expedida por aquele mesmo Ministério uma segunda via da mesma Carta Sindical de reconhecimento, integrando aquela entidade nos termos da legislação em vigor da época, e em vigor até a presente data, como representante das categorias profissionais integrantes dos grupos do Plano da CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA, passando a denominar SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CASCAVEL.

Mesmo reconhecido em sua personalidade jurídica por não estar funcionando desde o seu reconhecimento, aquela entidade ainda permaneceu inativa por mais de um ano, quando então, um grupo de trabalhadores rurais, resolveram se reunir, e verdadeiramente fundar o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CASCAVEL, no dia 08 de dezembro do ano de 1.968, aprovando seus estatutos, pois a entidade mesmo reconhecida pelo MTPS, não os possuía, pelo menos aprovado pela sua categoria representativa, e desta forma elegendo sua primeira Diretoria provisória, composta de Presidente, Secretário e Tesoureiro, e por um Conselho Fiscal composto também de três membros, que teriam a incumbência dentro de um período de noventa dias para instalar sua sede social, preparar e organizar toda a documentação exigida por lei, bem como convocar a eleição, que iria eleger e dar posse a primeira Diretoria daquela entidade.

A partir do ano de 1.969, foram atendidas 1.228 consultas, 133 acordos, 15 processos concluídos e julgados pela justiça, 38 processos em tramitação, e um grande número de con-

tratos redigidos e homologados pela própria entidade, através de seu Departamento Jurídico.

Através de seu Departamento de assistência e farmacêutica forma atendidos 17.089 casos, com consultas médicas, internamentos hospitalares, pequenas cirurgias, transportes de doentes, auxílio funerário, distribuição de medicamentos gratuitamente, além de 2.780 análises clínicas feitos através de seu laboratório de análises clínicas, feitos através de dois ambulatórios médicos mantidos pelo sindicato.

Através de seu Departamento de Educação, foram distribuídas 165 bolsas de estudos em convênio com o Programa Especial de Bolsas de Estudos do Ministério do Trabalho, além de uma série de cursos, encontros e seminários, com a colaboração da Federação dos Trabalhadores na Agricultura "FETAEP" e ACARPA, procurando adaptar os trabalhadores rurais a uma técnica dentro dos padrões exigíveis para uma melhor produção agropecuária.

Desta forma Sr. Presidente, Srs. Deputados, depois de fazermos um pequeno histórico das atividades mantidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cascavel, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares que compõem esta augusta Casa Leis, bem como dos Senhores Deputados que fazem parte das Comissões Permanentes que deverão analisar o presente projeto de lei, e dar o seu respectivo parecer, para que votem favoravelmente, levando-se em consideração que o título de utilidade pública será mais do que nunca um prêmio de gratidão, a uma entidade que vem prestando com grande assistência à classe trabalhadora rural do município de Cascavel, através de seus associados e dependentes.

Em anexo, a documentação exigida por lei, para que o mesmo tenha sua tramitação o mais rápido possível.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parece ao Projeto de Lei n.º 134/80

De autoria do Nobre Deputado Lázaro Dumont, o presente projeto de lei tem por finalidade declarar de utilidade pública o "Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cascavel".

Analisando-se o processo através da justificativa e documentação que o acompanha, temos que a entidade preenche os requisitos essenciais previstos pela legislação estadual reguladora do instituto da utilidade pública no Paraná.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 5 de novembro de 1.980

aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Luiz Alberto Oliveira, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 151/80, de autoria do Deputado ROSÁRIO PITELLI, que declara de utilidade pública a "Sociedade Procopense de Assistência ao Menor - Casa da Criança de Cornélio Procopio". Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma de EMENDA SUBSTITUTIVA, por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 151/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE PROCOPENSE DE ASSISTÊNCIA AO MENOR — CASA DA CRIANÇA de Cornélio Procopio.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1.980

a) Rosário Pitelli.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade públi-

ca é uma sociedade civil que se propõe a amparar o menor abandonado da Comarca de Cornélio Procopio. Proporciona aos menores compreendidos entre as faixas dos 3 aos 14 anos toda a assistência material, moral e intelectual, em caráter expressamente gratuito.

Considerando os relevantes serviços que vem prestando aos menores abandonados da Comarca de Cornélio Procopio, é que apresentamos o presente projeto de lei, esperando o seu devido apoio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 151/80

De autoria do nobre Deputado ROSÁRIO PITELLI, o presente Projeto de Lei n.º 151/80, tem por finalidade declarar de utilidade pública a SOCIEDADE PROCOPENSE DE ASSISTÊNCIA AO MENOR - CASA DA CRIANÇA DE CORNÉLIO PROCÓPIO, com sede e foro na cidade de Cornélio Procopio.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do Substitutivo Geral, que apresentamos anexo, que melhor atende a técnica legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1.980

aa) Augusto Carneiro, Presidente;
Waldyr Pugliesi, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n.º 151/80

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE PROCOPENSE DE ASSISTÊNCIA AO MENOR - CASA DA CRIANÇA DE CORNÉLIO PROCÓPIO, com sede e foro na cidade de Cornélio Procopio.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5 de novembro de 1.980

aa) Augusto Carneiro, Presidente;
Waldyr Pugliesi, Relator.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 149/80, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que declara de utilidade pública a "Associação Educacional Lins de Vasconcelos", com sede e foro na cidade de Cascavel. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 149/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LINS DE VASCONCELOS, com sede e foro na cidade de Cascavel.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1.980

a) David Cheriegate.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche as exigências estabelecidas pela lei que regula a matéria em foco, tem a referida entidade por finalidade a criação, atendimento e desenvolvimento de órgãos de amparo e promoção humana à criança, ao adolescente, ao jovem e ao adulto socialmente desajustados.

Procurando motivar a comunidade no sentido de prestar assistência social à família carente, ativando desta forma a formação cívica e o entrosamento na sociedade.

Isto exposto, apresentamos o presente plano de lei, esperando dos ilustres Pares com assento nesta Casa, o devido apoio e posterior aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 149/80

De autoria do nobre Deputado David Cheriegate, o presente Projeto de Lei n.º 149/80, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LINS DE VASCONCELOS", com sede e foro na cidade de Cascavel.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo, portanto, qualquer impedimento quer legal, quer constitucional que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 5 de novembro de 1.980

aa) Augusto Carneiro, Presidente;
Deni Schwartz, Relator.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 148/80, de autoria do Deputado LEONIDAS CHAVES, que declara de utilidade pública a "Sociedade Esportiva e Recreativa Metalúrgica", com sede e foro na Cidade de Guaraniáçu. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 148/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a Sociedade ESPORTIVA E RECREATIVA METALÚRGICA, com sede e foro na cidade de Guaraniáçu.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1.980

a) Leônidas Chaves.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação que regula a matéria.

A Sociedade Esportiva e Recreativa Metalúrgica, tem por finalidade proporcionar diversões esportivas e recreativas, estimular a educação física, corresponder-se com Associações congêneres, estimular o convívio social, por meio de festas, promoções e jogos diversos, tudo sem fim lucrativo.

Isto exposto, esperamos contar com o devido apoio e a aprovação de nossos Pares nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 148/80

De autoria do nobre Deputado Leônidas Chaves, o presente Projeto de Lei n.º 148/80, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Sociedade Esportiva e Recreativa Metalúrgica, com sede e foro na cidade de Guaraniáçu.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação fe-

deral e estadual reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 5 de novembro de 1.980

aa) Augusto Carneiro, Presidente;

José Tavares, Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 147/80, de autoria do Deputado LEONIDAS CHAVES, que declara de utilidade pública a "Liga Municipal Piquiriguaçu de Futebol", com sede e foro na Cidade de Guaraniáçu. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 147/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a LIGA MUNICIPAL PIQUIRIGUAÇU DE FUTEBOL, com sede e foro na cidade de Guaraniáçu.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1.980

a) Leônidas Chaves.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

A Liga Municipal Piquiriguaçu de Futebol, tem por finalidade dirigir e representar o futebol amador no município, fomentar a prática de futebol como ramo importante da cultura física e representar o mesmo junto às autoridades e órgãos esportivos competentes.

Isto exposto, esperamos contar com o devido apoio e a aprovação de nossos Pares desta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 147/80

De autoria do nobre Deputado LEONIDAS CHAVES, o presente Projeto de Lei n.º 147/80, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Liga Municipal Piquiriguaçu de Futebol, com sede e foro na cidade de Guaraniáçu.

A justificativa apresentada pelo autor do plano de lei, bem como a documentação inserida no processo, comprovam o preenchimento pela entidade, dos requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora do instituto da declaração de utilidade pública.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 5 de novembro de 1.980

aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Waldyr Pugliesi, Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 139/80, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública a "Associação Missionários Servos dos Pobres", entidade com fins filantrópicos, com sede e foro em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 139/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação Missionários Servos dos Pobres, entidade de fins filantrópicos, com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de outubro de 1.980

a) Fuad Nacli.

JUSTIFICATIVA:

A documentação em anexo comprova que a entidade em pauta preenche todos os requisitos exigidos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1.978, razão pela qual espera-se a sua aprovação unânime.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 139/80

De autoria do nobre Deputado Fuad Nacli, o presente Projeto de Lei n.º 139/80, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIOS SERVOS DOS POBRES", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1.978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo, portanto, qualquer impedimento quer legal, quer constitucional, que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 5 de novembro de 1.980

aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Deni Schwartz, Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, na qualidade de Líder da Bancada do PDS, indicando os Srs. Deputados que irão compor a Comissão Parlamentar de Inquérito. —

Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem José Angelo Bagio Orso, ocorrido em Cascavel. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretários das Finanças e dos Recursos Humanos, pleiteando inadmissíveis providências para correção de distorção verificada na reclassificação de cargos e funções, da Coordenadoria da Receita do Estado. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando o envio de expediente às Lideranças dos Partidos no Congresso Nacional, no sentido de que seja estabelecido esforço contra as anunciadas medidas econômicas, nos campos da locação de imóveis e sistema financeiro de habitação. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de apelo, visando a pavimentação asfáltica da Rodovia PR-151, trecho Palmeira-São João do Triunfo-São Mateus do Sul. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo suas determinações junto às Secretarias do Planejamento e Agricultura, visando a inclusão do Município de Prudentópolis na área do PRO-RURAL. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando voto de aplausos à Direção e funcionários da Rádio Matelândia Ltda., da cidade de Matelândia. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, sexta-feira, às 10,00 horas com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.